

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 06 | Raúl Antelo: A apatia do povo brasileiro como sátira

PÁGINA 09 | Eneida Maria de Souza: A subversão lingüística de Macunaíma

PÁGINA 12 | Maria Eugenia Boaventura: *Macunaíma*: ficção divertida e riqueza vocabular

PÁGINA 14 | Robson Pereira Gonçalves: Brasilidade. Identidade múltipla e caótica

PÁGINA 16 | Telê Porto Ancona Lopez: Uma “entidade brasileira”

PÁGINA 18 | Noemi Jaffe: Síntese do Brasil, nosso veneno e nossa delícia

B. Destaques da semana

» Brasil em Foco

PÁGINA 22 | Recordar ou esquecer? A Lei da Anistia em discussão

» Entrevista da Semana

PÁGINA 26 | Kenneth Serbin: “Cão-de-guarda moral”. A nova Igreja brasileira

» Livro da Semana

PÁGINA 32 | Regina Schöpke: O Dom Quixote da fé cristã

» Invenção

PÁGINA 36 | Juliana Krapp

» Destaques On-Line

PÁGINA 38 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 42 | Vanessa Doumid Damasceno: Jogos digitais: aliados no processo de ensino-aprendizagem

» Perfil Popular

PÁGINA 45 | Iolanda Gomes

» IHU Repórter

PÁGINA 46 | Adriana Karnal



IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa



Macunaíma

Macunaíma, obra de 1928, do escritor brasileiro Mário de Andrade, é considerado um dos grandes romances modernistas do Brasil. A personagem-título, um herói sem nenhum caráter, é um índio que representa o povo brasileiro, mostrando a atração pela cidade grande de São Paulo e pela máquina. A frase característica da personagem é “Ai, que preguiça!”. A parte inicial da obra assim o caracteriza: “No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite”.

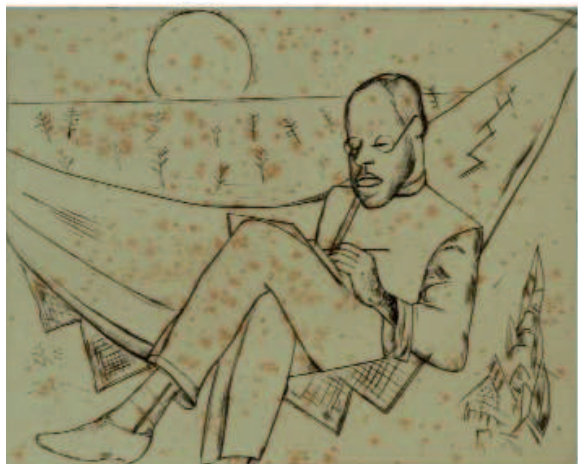
Considerado um romance fabular, mas escrito sob a ótica cômica, utiliza os mitos indígenas, as lendas, provérbios do povo brasileiro e registra alguns aspectos do folclore do país até então pouco conhecidos. Esta obra valoriza as raízes brasileiras e a linguagem utiliza o modo de falar dos brasileiros, buscando imitá-lo na escrita, a partir de uma idéia que Mário de Andrade tem de uma “gramatiquinha” brasileira que desvincularia o português do Brasil do de Portugal, e que vinha se desenrolando no país desde o Romantismo.

Adaptações

Macunaíma foi adaptado para o cinema por Joaquim Pedro de Andrade em 1969, enquadrando-se no gênero comédia. O roteiro foi escrito pelo próprio diretor. É um dos grandes personagens da carreira de Grande Otelo e traz um elenco de atores renomados, como Paulo José, Dina Sfat, Milton Gonçalves, Jardel Filho, Rodolfo Arena, Joana Fomm, Maria do Rosário Nascimento e Silva, Hugo Carvana, Wilza Carla, Zezé Macedo e Maria Lúcia Dahl.

Macunaíma também inspirou uma premiada peça de teatro, de Antunes Filho, encenada pela primeira vez na década de 1970 e que chegou a ser montada em vários países.

Fonte: Wikipédia



Mário na Rede, Lasar Segall; foto de Cacalo Kfoury/Divulgação



A apatia do povo brasileiro como sátira

Obra marioandradiana satiriza a apatia brasileira e é rapsódica porque “não se filia, não se identifica, não se limita”, afirma o crítico literário Raúl Antelo. O semblante a que chamamos *Macunaíma* tem a força de seu gesto

POR ANDRÉ DICK E MÁRCIA JUNGES

Uma sátira à apatia do nosso povo. Essa é a função de *Macunaíma* na opinião do crítico literário Raúl Antelo, em entrevista que você confere a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line. “Mas, por ser sátira, o texto satura o procedimento, vai além dos limites estipulados, gasta, liquida ele e, por isso, permite passar a outra coisa. À época da redação, resenhando uma antologia poética, Mário de Andrade diz que um livro deve ser amado ou detestado”. E continua: “Poderíamos pensar que *Macunaíma* é rapsódico porque não se filia, não se identifica, não se limita. Se avaliamos essa atitude do ponto de vista instrumental, isso é ruim. O Estado cataloga, fixa, territorializa. Se, entretanto, o avaliamos sob um ponto de vista político, a apatia nos permite alimentar um discreto otimismo, o de não colaborar com o estabelecido. Aquilo que não tem nome, que não tem lugar, é pura potência. Pode ainda vir a acontecer. Mas, se acontecer, será sempre o desdobramento de uma força que vem do arquipassado”.

Nascido na Argentina, Antelo é professor titular de literatura brasileira na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador-sênior do CNPq, foi Guggenheim Fellow (2004) e professor visitante nas Universidades de Yale, Duke, Texas at Austin, Autônoma de Barcelona e Leiden, na Holanda. Presidiu a Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC).

É graduado em Letras Modernas, pela Universidad de Buenos Aires (1974), e em Língua Portuguesa, na Argentina, pelo Instituto Superior del Profesorado en Lenguas Vivas. Coursou também, graduação em Letras Modernas na Universidade de Buenos Aires (UBA) e é mestre e doutor em Literatura Brasileira, pela Universidade de São Paulo (USP).

É autor de vários livros, dentre eles *Na ilha da Marapatá: Mário de Andrade lê os hispano-americanos* (São Paulo: Hucitec/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987), *Transgressão e modernidade* (Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2001) e *Tempos de Babel. Anacronismo e destruição* (São Paulo: Lumme Editor, 2007).



DIVULGAÇÃO

IHU On-Line - Como percebe a ligação entre o regionalismo, com seu folclore mais específico, e a universalidade existente em *Macunaíma*, por meio da intertextualidade de Mário de Andrade¹ em relação a outras

obras e autores?

Raúl Antelo - *Macunaíma* não é regionalista no sentido em que o regionalismo é uma política para estipular fronteiras, que surge, já na cultura medieval européia, para coibir a presença do estrangeiro. O objetivo era *regere fines*, administrar fronteiras, e eram precisamente os marqueses,

sical e de artes plásticas na imprensa escrita. Em 1928 publicou seu romance mais conhecido, *Macunaíma*, considerado por muitos como uma das obras capitais da narrativa brasileira no século XX. Alguns dos seus livros de poesia mais conhecidos são *Losango cáqui*, *Clã do jabuti*, *Remate de males*, *Poesias* e *Lira paulistana*. (Nota da IHU On-Line)

os habitantes da marca, os nobres que habitavam a linha demarcatória, os indicados dessa tarefa. Mário de Andrade elaborou uma das respostas mais contundentes ao problema. À época de lançamento de *Macunaíma*, resenhando a exposição de Tarsila do Amaral,² Andrade definia o regionalismo como um valor emergente na cultura brasileira. Dizia que regionalismo

2 Tarsila do Amaral (1886-1973): pintora brasileira. Foi a pintora mais representativa da primeira fase do movimento modernista brasileiro, ao lado de Anita Malfatti. Seu quadro “Abopuru”, de 1928, inaugura o movimento antropofágico nas artes plásticas. (Nota da IHU On-Line)

¹ Mário Raul de Moraes Andrade (1893-1945): poeta, romancista, crítico de arte, folclorista, musicólogo e ensaísta brasileiro. Em 1917, foi publicado o seu primeiro livro de versos, *Há uma gota de sangue em cada poema*. A sua segunda obra, *Paulicéia desvairada*, colocou-o entre os pioneiros do movimento modernista no Brasil, culminando, em 1922, como uma das figuras mais proeminentes da famosa Semana da Arte Moderna. Durante a década de 1920, continuou sua carreira literária, ao mesmo tempo em que exercia a função de crítico mu-

**“Creio, sinceramente,
que esse semblante a
que chamamos
Macunaíma (uma
máscara, um vazio, um
nada, uma construção
de linguagem, enfim)
tem a força de seu
gesto”**

“em arte como em política, jamais não significou nacionalismo no único conceito moral desta palavra, isto é, realidade nacional. Significa, mas é uma pobreza mais ou menos consciente de expressão, se observando e se organizando numa determinada e mesquinha maneira de agir e criar. Regionalismo é pobreza sem humildade. É a pobreza que vem da escassez de meios expressivos, da curteza das concepções, curteza de visão social, caipirismo e saudosismo. Comadrismo que não sai de beco e, o que é o pior: se contenta com o beco”. Mário, pelo contrário, não hesita em associar regionalismo e inconsciente, porque, para ele, a manifestação mais legítima do nacionalismo artístico se dava, justamente, quando esse nacionalismo é inconsciente de si mesmo. Se assim for, diríamos que o nacionalismo não tem objeto. Que Mário o tenha conseguido materializar, é outra história. Mas *Macunaíma* nasce desse desejo.

IHU On-Line - Num ensaio sobre o livro, o senhor escreve que “o narrador da rapsódia nos remete à forma-

ção de um modelo do real transcrito textualmente como multiplicidade de perspectivas e registros”. Quais seriam essas perspectivas e registros?

Raúl Antelo - Se a questão é desenhar fronteiras sabendo que não se cumpre um *designio* soberano, mas apenas um *desenho*, artificial e histórico, político e moderno, diríamos que podemos imaginar a fronteira (a fronteira do moderno, do nacional, do social) ora de um modo formalista transcendental, como um limite inequívoco, como um contorno que circunda uma forma ideal, ora como uma instância liminar, como uma soleira, uma passagem que nos permite reabrir a série e baralhar tudo de novo. A primeira opção é a do regionalismo. A segunda, a de *Macunaíma*. A primeira pauta-se pela cronologia. A segunda ensaia o anacronismo. Na primeira, nos movimentamos na clausura, no encerramento de uma disciplina instituída. Na segunda, circulamos no interior de um espaço teórico interdisciplinar que nos comunica, expande e se desborda. Des-identifica-se.

IHU On-Line - Que aproximação o senhor faz entre a obra de Mário de Andrade e o contexto literário latino-americano, antes e depois de sua criação?

Raúl Antelo - Em termos de escrita experimental, como apontou pioneiramente Saúl Sosnowski,³ *Macunaíma* é, disparado, um dos exemplos mais agudos nesse cenário. Mas, mesmo assim, há outros que lhe são congeniais: a escrita de Macedônio Fernández,⁴ dobrada em infinitos prefácios de um romance que jamais começa, a rapsódia assintética do *Paradiso* de Lezama Lima,⁵ a complexa relação entre orali-

³ Saúl Sosnowski: autor do livro *Borges e a Cabala: a busca do verbo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1991) e organizador, com Jorge Schwartz, de *Brasil: o trânsito da história* (São Paulo: Edusp, 1994). (Nota da IHU On-Line)

⁴ Macedônio Fernández (1874-1952): escritor, humorista e filósofo argentino. Sua produção inclui novelas, histórias, poesia, jornalismo e outros trabalhos de difícil classificação. (Nota da IHU On-Line)

⁵ José Lezama Lima (1910-1976): poeta, ensaísta e romancista cubano. Além de patriarca invisível das letras cubanas desde 1944 até 1957, fundou a revista *Verbum* e esteve à frente de *Orígenes*, a mais importante revista cubana de literatura. Considerado um dos fundadores do neobarroco na América, emergiu internacionalmente com a publicação de *Paradiso*,

dade e escrita em Arguedas...

IHU On-Line - A apatia do brasileiro encarnada por Macunaíma tem a função de crítica ou sátira, ou ainda, de ambas?

Raúl Antelo - É sátira. Mas, por ser sátira, o texto *satura* o procedimento, vai além dos limites estipulados, gasta, liquida ele e, por isso permite passar a outra coisa. À época da redação, re-senhando uma antologia poética, Mário de Andrade diz que um livro deve ser amado ou detestado. *Pathos*. Mas para abominar um valor é necessário mandar como emissários, como informantes, as testemunhas. Elas vão na frente, declaram. É esse o sentido de *detestari*, em latim. Se, além do mais, *testis*, a testemunha, nunca é uma pessoa mas o relato de um processo de desubjetivação, concluiríamos que aquilo que se detesta é também algo (desconhecido, que nunca estamos em condições de suportar) muito amado, embora não possamos nos identificar plenamente com ele. Por isso, no debate quanto ao gênero do texto, Mário, após ponderar muitas variáveis, inclina-se pela de *sin-toma* de cultura nacional. Não é símbolo porque no símbolo há identificação. É sintoma. E, quem diz *symptôma*, diz queda, coincidência, acontecimento fortuito, encontro fadado ao fracasso, diz *tyché*.

IHU On-Line - Como vê o signo da pedra na narrativa de Macunaíma?

Raúl Antelo - Talvez como uma pioneira manifestação de *icnologia* (o saber sobre a sedimentação). Certamente, como um recuo com relação à iconologia (o saber das imagens sagradas). A pedra é a poeira, o tempo fora do tempo, o baixo materialismo. O que conta não são os objetos, mas a inscrição da história nesses objetos. *Signatura rerum*.

IHU On-Line - Em que pontos existiu um diálogo entre a obra de Mário de Andrade e as obras de experimentação européias da época (como

em 1966. Além de uma extensa produção de ensaios e poemas, Lezama escreveu também contos singulares, que dialogam com o conjunto de sua obra. (Nota da IHU On-Line)

Joyce⁶) e de Oswald de Andrade⁷ (como *Memórias sentimentais de João Miramar*)? Quais são os principais experimentos, em sua opinião, efetuados por Mário em *Macunaíma*? Raúl Antelo - Destacaria, fundamentalmente, o da *desgeografização*, absolutamente coincidente com o princípio de *estranhamento* que os formalistas russos estavam testando paralelamente. E que antecipa o conceito de *epifania* que postularia Virginia Woolf⁸ muito depois. Mas se o espaço se torna desgeográfico, isto é, torna-se descontínuo, o que quer dizer que o tempo também se torna anacrônico, donde, concluiríamos, é mais importante criar do que documentar. O pensamento de Aby Warburg,⁹ de Henri Bergson,¹⁰ de Walter Benjamin¹¹ explorava, simultaneamente a Mário, essas mesmas potencialidades do tempo.

IHU On-Line - Qual é a riqueza que Macunaíma apresenta, em termos de folclore, de reprodução de uma fala

6 James Augustine Aloysius Joyce (1882-1941): escritor irlandês considerado um dos autores de maior relevância do século XX. Suas obras mais conhecidas são o volume de contos *Dublinenses* (1914) e os romances *Retrato do artista quando jovem* (1916), *Ulisses* (1922) e *Finnegans wake* (1939). (Nota da IHU On-Line)

7 José Oswald de Sousa Andrade (1890-1954): escritor, ensaísta e dramaturgo brasileiro. Foi um dos promotores da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, tornando-se um dos grandes nomes do modernismo literário brasileiro. Foi considerado pela crítica como o elemento mais rebelde do grupo. (Nota da IHU On-Line)

8 Virginia Woolf (1882-1941): escritora inglesa. Estreou na literatura em 1915 com o romance *The voyage out*. (Nota da IHU On-Line)

9 Aby Warburg: alemão, famoso historiador da arte do início do século XX, que, imbuído de um olhar antropológico, descobriu um vínculo entre a cultura dos índios hopis do Novo México e a civilização do Renascimento. (Nota da IHU On-Line)

10 Henri Bergson (1859-1941): filósofo e escritor francês. Conhecido principalmente por *Matière et mémoire* e *L'évolution créatrice*, sua obra é de grande atualidade e tem sido estudada em diferentes disciplinas, como cinema, literatura, neuropsicologia. Sobre esse autor, confira a edição 237 da IHU On-Line, de 24-09-2007, *A evolução criadora, de Henri Bergson. Sua atualidade cem anos depois*. (Nota da IHU On-Line)

11 Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão crítico das técnicas de reprodução em massa da obra de arte. Foi refugiado judeu alemão e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. (Nota da IHU On-Line)

brasileira, de narrativas orais indígenas e credences populares, de desenvolvimento da cidade de São Paulo, em oposição a outros espaços que continuam ainda inexplorados pais afora?

Raúl Antelo - A riqueza maior é associar literatura e magia. Agamben¹² nos lembra que a expressão latina *indulgere Genius* exprime o vínculo paradoxal que se estabelece entre a exigência do Gênio e a nossa própria felicidade. Entre o Gênio e o eu, não há continuidade: há um hiato, o da razão ocidental. *Indulgere Genius* é *indulgere magia*. Devemos, por força, abandonar-nos ao Gênio (à Magia, à Linguagem, ao Inconsciente) porque, caso contrário, se fôssemos apenas sujeito e consciência, não conseguiríamos sequer digerir. E a antropofagia é isso: comer, digerir, defecar. O Gênio (a Magia, a Linguagem) é o que há de mais pessoal em nós, mas, ao mesmo tempo, é também o mais impessoal, é aquilo que nos ultrapassa e excede. Por isso uma escrita experimental, como a de *Macunaíma*, ao nos reconciliar com o *Genius* (com o inconsciente, com a linguagem), busca liberar aqueles valores previamente capturados pelos dispositivos biopolíticos, e mes-

12 Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006), *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou a entrevista “Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben”, com o filósofo Jasson da Silva Martins. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista “Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito”, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. A edição 81 da IHU On-Line, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*. Para conferir o material, acesse www.unisinos.br/ihu. (Nota da IHU On-Line)

mo bioestéticos, para restituí-los a um possível uso comum.

IHU On-Line - O personagem Macunaíma costuma ser visto como um retrato do que costuma ser o estereótipo do brasileiro: malandro, preguiçoso (ele repete no livro a expressão “Ai, que preguiça”), desorganizado, de caráter duvidoso. Como vê, depois de 80 anos, essa analogia ainda sendo feita? Que paralelos você traçaria entre o “herói sem caráter” e o brasileiro do jeitinho? É possível aproximá-los? Por quê?

Raúl Antelo - O estereótipo é sinal de irrecusável necrose verbal. Onde há um estereótipo, há um discurso do poder, brechando a possibilidade dos sentidos antagônicos, complexos ou mesmo contraditórios aparecerem. Creio, sinceramente, que esse semblante a que chamamos Macunaíma (uma máscara, um vazio, um nada, uma construção de linguagem, enfim) tem a força de seu gesto. O filósofo Vladimir Jankélévitch¹³ abre seu livro *A rapsódia* com uma idéia instigante: “La dix-neuvième siècle est le siècle de la Rhapsodie, comme il est le siècle des nationalités”.¹⁴ Ora, Jankélévitch, refinadíssimo filósofo dos paradoxos da moral, dos poderes da ironia e das potencialidades da música (mas também da potência da lei, que ele ilustrou num belíssimo texto sobre os campos de concentração e sobre o caráter imprescriptível dos crimes contra a humanidade, que não aconteceram no passado, estão sempre acontecendo, eles acontecem já, diante de nós), digo, Jankélévitch via, já no rapsodismo de Schumann, a matriz de um método de interpretação da cultura urbana, que só se tornaria visível muito mais tarde com Simmel¹⁵

13 Vladimir Jankélévitch (1903-1985): filósofo francês que, com apenas 23 anos, foi enviado a Praga como professor no Instituto Francês e em 1935 se doutorou em Letras. Foi discípulo de Henri Bergson, sobre o qual escreveu seu primeiro livro, *Henri Bergson* (1931). A maior parte de sua extensa obra filosófica gira em torno dos problemas da experiência da vida cotidiana. (Nota da IHU On-Line)

14 “O século XIX é o século da rapsódia, como, igualmente, é o século das nacionalidades” (Nota da IHU On-Line)

15 Georg Simmel (1858-1918): sociólogo alemão que desenvolveu o que ficou conhecido como micro-sociologia, uma análise dos fenômenos no nível micro da sociedade. Foi um dos

“A riqueza maior (de *Macunaíma*) é associar literatura e magia”

e chega mesmo a estender essa linha do rapsodismo até o século XX, com a música de Bela Bartók.¹⁶ Diz que o gênio rapsódico de Bartók, como aliás, o de Mário de Andrade quem, muito bom músico, deu a *Macunaíma* essa categorização, rapsódia. E a rapsódia, diz Jankélévitch, não é, a bem dizer, um ‘gênero’, se o gênio é restrição ou, como a tragédia clássica, convenção artificial: a rapsódia é, antes de mais nada, ausência de gênero, explosão de todos os esquemas definidos e total licença concedida a uma fantasia sucessivamente sonhadora, apaixonada e dionisiaca, que não se filia a nenhuma arte poética. Ora, nesse sentido, poderíamos pensar que *Macunaíma* é rapsódico porque não se filia, não se identifica, não se limita. Se avaliamos essa atitude do ponto de vista instrumental, isso é ruim. O Estado cataloga, fixa, territorializa. Se, entretanto, o avaliamos sob um ponto de vista político, a apatia nos permite alimentar um discreto otimismo, o de não colaborar com o estabelecido. Aquilo que não tem nome, que não tem lugar, é pura potência. Pode ainda vir a acontecer. Mas, se acontecer, será sempre o desdobramento de uma força que vem do arquipassado.

responsáveis por criar a Sociologia na Alemanha, juntamente com Max Weber e Karl Marx. (Nota da IHU On-Line)

16 Béla Viktor János Bartók de Szuhafő (1881-1945): compositor húngaro, pianista e investigador da música popular da Europa Central e do Leste. É considerado um dos maiores compositores do século XX. Foi um dos fundadores da etnomusicologia e do estudo da antropologia e etnografia da música. Durante a Segunda Guerra Mundial, decidiu abandonar a Hungria e emigrou para os Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

A subversão lingüística de *Macunaíma*

Romper com os padrões da linguagem escrita portuguesa, através de uma subversão que prima pelo estranhamento da linguagem, é um dos atributos da obra cujo protagonista é o “herói sem nenhum caráter”, analisa a crítica literária Eneida Maria de Souza

POR ANDRÉ DICK E MÁRCIA JUNGES

Uma obra que promove uma subversão lingüística apelando “ao estranhamento da linguagem, ao procedimento de concretização do artefato lingüístico”. É assim que a crítica literária Eneida Maria de Souza se refere a *Macunaíma*. “Um estilo modernista, antropofágico, pois se alimenta e mastiga de todas as fontes lingüísticas e estilísticas. Absorve o que há de mais lúdico na linguagem, o que há de mais escatológico na interpretação dos mitos e das anedotas. *Macunaíma* se apropria de todas as formas populares e eruditas do imaginário literário e cultural da América Latina e do estrangeiro”, aponta. “Sua fala é a montagem de várias falas, sua voz repete a dos personagens dos contos, sua malandragem remonta a Pedro Malazartes, aos romances picarescos, às trapaças do jabuti dos contos folclóricos”. E assegura: “A crítica à realidade brasileira reside justamente na apresentação de um herói sem nenhum caráter, preguiçoso, malandro e esperto, o que seria a imagem também malandra do país. Mas essa interpretação é por demais complexa, pois não há, na rapsódia, nenhuma lição de moralismo em relação ao caráter do brasileiro”.

Eneida é graduada em Letras, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e doutora em Literatura Comparada Semiólogia, pela Universidade de Paris VII - Denis Diderot, na França, com a tese *Des mots, des langages et des jeux – Une lecture de Macunaíma*. É uma das organizadoras de *Mário de Andrade – Carta aos mineiros* (Belo Horizonte: UFMG, 1997), e escreveu, entre outros, *O século de Borges* (Belo Horizonte: Autêntica, 1999), *A pedra mágica do discurso* (2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999), *Crítica cult* (2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Tempo de pós-crítica* (Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2007).



Divulgação

IHU On-Line - O que a senhora destacaria sobre os estudos que o autor realizou sobre mitologia indígena e folclore nacional, além da observação dos costumes e língua cotidiana, para escrever *Macunaíma*?

Eneida Maria de Souza - O enredo de *Macunaíma* é retirado dos mitos amazônicos colhidos pelo alemão

Koch-Grünberg.¹ As histórias para-

1 Theodor Koch-Grünberg (1872-1924): etnólogo e explorador alemão que realizou valiosas contribuições ao estudo das populações indígenas da América do Sul, em particular nas tribos da região amazônica brasileira. Afirma-se que *Vom Roraima zum Orinoco (Do Roraima ao Orinoco: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913)* (São Paulo: Editora Unesp, 2006) foi uma das obras que influenciou Mário de An-

“A associação com o presente se faz de modo a apontar as variadas saídas para nossa eterna sensação de fracasso e de um país que não dá certo”

lelas e os enxertos dos livros da Ca-rochinha, dos manuais de folclore, dos diálogos deliciosos entre animais fabulosos, dos enredos eróticos das adivinhas e dos mitos sul-americanos. Essa bricolagem mítica resulta na recuperação discursiva realizada por Mário de Andrade, ao transformar as histórias em diálogos que apontam a fragilidade da linguagem, o seu valor simbólico e a diferença entre o material mítico utilizado e sua construção literária. A apropriação mítica é produto da bricolagem, procedimento por meio do qual a criatividade aflora e se distingue da mera cópia ou paráfrase. Quanto à observação dos costumes e da língua cotidiana, Mário de Andrade explorou o conceito de “fala nova”, que corresponde ao seu projeto literário e cultural de romper com a linguagem escrita de influência portuguesa e se apropriar da riqueza oral de nossa cultura, formada pelo índio, o negro e a malandragem branca. O papagaio funciona como metáfora desta “fala nova”, por se caracterizar pelo recurso à oralidade e à criatividade, repetindo e distorcendo a linguagem do outro, zombando das normas estabelecidas e se impondo como arauto da paródia e do desleixo. A subversão lingüística de Macunaíma consiste no apelo ao estranhamento da linguagem, ao procedimento de concretização do artefato lingüístico. Lê os provérbios populares, as frases feitas, as histórias infantis ao pé da letra, desconstrói seu valor simbólico e acredita na força da palavra falada, por ser muito astuta.

drade ao escrever *Macunaíma*. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Poderia apontar as maiores novidades da obra em termos de estrutura, enredo, linguagem e estilo? E avaliar de que forma, nesse sentido, a obra reflete a “fúria demolidora” do Modernismo em termos de expressão e crítica da realidade brasileira?

Eneida Maria de Souza - A estrutura da obra segue os enredos tradicionais dos contos populares, das histórias orais. Há o nascimento do herói, suas peripécias, e o desfecho. Mas o que irá distinguir a rapsódia desses relatos tradicionais é a exploração criativa da linguagem, a utilização do estilo oral de forma a captar as contradições e falta de controle do sujeito diante do discurso. Um estilo modernista, antropofágico, pois se alimenta e mastiga de todas as fontes lingüísticas e estilísticas. Absorve o que há de mais lúdico na linguagem, o que há de mais escatológico na interpretação dos mitos e das anedotas. *Macunaíma* se apropria de todas as formas populares e eruditas do imaginário literário e cultural da América Latina e do estrangeiro. Ao se valer de fragmentos de discursos e de palavras alheias, a identidade se fragiliza e o herói se veste com as roupas descartáveis das personagens consagradas da cultura popular. Sua fala é a montagem de várias falas, sua voz repete a dos personagens dos contos, sua malandragem remonta a Pedro Malazartes, aos romances picarescos, às trapaças do jabuti dos contos folclóricos. A crítica à realidade brasileira reside justamente na apresentação de um herói sem nenhum caráter, preguiçoso, malandro e esperto, o que seria a imagem também malandra do país. Mas essa interpretação é por demais complexa, pois não há, na rapsódia, nenhuma lição de moralismo em relação ao caráter do brasileiro.

IHU On-Line - Que interpretação a senhora faz do capítulo “Carta pras Icamíabas”, que é considerado, algumas vezes, como lembra em seus estudos, de um “corpo estranho” no texto? Qual é a fundamentação lingüística dessa passagem na obra de Mário de Andrade, e até que ponto ela delimitaria uma passagem do coloquial para o dito “sofisticado”, de

forma irônica, pois o autor brincava com o parnasianismo?

Eneida Maria de Souza - Com o intuito de criar uma literatura nacional sem abandonar a tradição literária ocidental, Mário de Andrade se insurge contra a retórica utilizada por seus contemporâneos quanta à diferença entre o “português escrito” e o “brasileiro falado”. A Carta é a paródia dos discursos influenciados pela herança da língua portuguesa, ao apontar a erudição como arma retórica e falso brilho. Retrata Macunaíma encantado com a civilização, com a ilusão do progresso e da máquina retórica. A oralidade não tem lugar na carta, espaço reservado à exposição desordenada de frases sem sentido escritas pelo herói sem nenhum caráter. Frases inteiras de Rui Barbosa² e dos doutos portugueses são enxertadas na Carta, uma forma de criticar a retórica vazia da língua escrita, assim como do português falado imitando o português escrito. O autor pensou em retirar o capítulo do livro, por achá-lo em defasagem com os demais, mas o traço parodístico foi mais forte e resistiu à ameaça de extinção.

IHU On-Line - Quais foram as influências literárias de Mário de Andrade ao escrever *Macunaíma*?

Eneida Maria de Souza - Foram muitas. Cito, entre os estrangeiros, Rabelais,³ com os livros *Gargantua e Pantagruel*. As peripécias, o aspecto lúdico da linguagem e a escatologia, uma forma da expressão da linguagem popular, são as maiores marcas do escritor francês. Sem falar em José de Alencar,⁴ nos ro-

² Ruy Barbosa de Oliveira (1849-1923): jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador brasileiro. É membro fundador da Academia Brasileira de Letras. (Nota da IHU On-Line)

³ Alcofríbas Nasier (1483-1553): pseudônimo de François Rabelais, escritor e padre francês do Renascimento. Ficou para a posteridade como o autor das obras-primas cômicas *Gargantua e Pantagruel*, que exploravam lendas populares, farsas, romances, bem como obras clássicas. O escatologismo é usado para condenação humorística. A exuberância da sua criatividade, do seu colorido e da sua variedade literária asseguram a sua popularidade. (Nota da IHU On-Line)

⁴ José Martiniano de Alencar (1829-1877): jornalista, político, orador, romancista, crítico, cronista e dramaturgo brasileiro. É o grande nome da prosa romântica brasileira, tendo escrito obras representativas para todos os tipos de ficção românticos: passadista e colonial

mances populares etc. O modernismo, com Oswald de Andrade, Raul Bopp,⁵ Tarsila entre outros autores, compõem o painel de *Macunaíma*. Como bebeu de várias fontes, é até difícil delimitá-las.

IHU On-Line - De que maneira podemos ver a ligação de Macunaíma com a “muiiraquitã”, o seu “talismã existencial”, que a senhora considera vital para o discurso do livro? Até que ponto ela é uma peça central da narrativa?

Eneida Maria de Souza - É uma peça central na narrativa porque dá andamento e razão de ser da trama. Tudo gira em torno desta pedra perdida, uma sátira aos romances de cavalaria e de gesta. No entanto, considero mais a relação entre a pedra mágica do discurso como o instrumento com o qual Macunaíma se safa e desconstrói a linguagem do senso comum, das frases feitas, dos provérbios.

IHU On-Line - O personagem Macunaíma costuma ser visto como um retrato do que costuma ser o estereótipo do brasileiro: malandro, preguiçoso (ele repete no livro a expressão “Ai, que preguiça”), desorganizado, de caráter duvidoso. Como vê, depois de 80 anos, essa analogia ainda sendo feita? Que paralelos você traçaria entre o “herói sem caráter” e o brasileiro do jeitinho? É possível aproximá-los? Por quê?

Eneida Maria de Souza - Macunaíma, o herói de nossa gente, possui uma marca lingüística, o conhecido dístico “Ai! que preguiça!...”, que o distingue como personagem e o posiciona como o emblema literário da preguiça brasileira. A outra expressão, emitida reiteradamente por ele, “Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são”, completa o seu perfil discursivo, ao se investir de intenção retórica e irônica e fornecer uma resposta às teses higienistas defendidas na época pelos adeptos da política de saneamento do

(O *Guarani*, 1857), indianista (*Iracema*, 1865), e sertaneja (*O sertanejo*, 1875). (Nota da IHU On-Line)

5 Raul Bopp (1898-1984): poeta modernista e diplomata brasileiro, autor do clássico *Cobra Norato*. Com Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, amigos pessoais, participou da Semana de Arte Moderna. (Nota da IHU On-Line)

país. Realiza-se, no nível discursivo e de maneira metafórica, a condensação entre preguiça e doença, denunciada pela fala inconsequente de Macunaíma, pois a reiteração obsessiva de frases feitas atinge efeito derrisório e denuncia o blá-blá-blá criado em torno da questão. Os discursos sanitários endossados por Monteiro Lobato⁶ em vários de seus artigos, assim como a célebre frase de Miguel Pereira, “O Brasil é um vasto hospital”, são vivamente criticados por Mário de Andrade, que reinventa o Macunaíma de forma distinta do Jeca Tatu,⁷ assumindo a preguiça como valor e desprezando qualquer pretensão moralista ou regenerativa de sua personagem. Na composição desse raciocínio, o debate travado entre Macunaíma, herói solar e mestre da preguiça, com a cultura do trabalho, culmina com o sentimento de fracasso experimentado pela personagem, que, incapaz de realizações exigidas pela civilização cristã, encarna, de maneira indireta, esta culpa, assim como uma saída utópica, transformando-se em constelação. No entanto, a ambigüidade criada por este impasse final constitui uma abertura a mais na interpretação desse rico personagem da literatura brasileira de todos os tempos.

O corpo macunaímico

Um exemplo das ressonâncias que *Macunaíma* poderia apresentar na literatura brasileira contemporânea é o livro de João Gilberto Noll⁸, *Canoas*

6 José Bento Monteiro Lobato (1882-1948): escritor brasileiro popularmente conhecido pelo tom educativo, bem como divertido de sua obra de livros infantis, o que seria, aproximadamente, metade de sua produção literária. A outra metade, composta de romances e contos para adultos, foi menos popular, mas um divisor de águas na literatura brasileira. Entre seus livros, destacamos: *O picapau amarelo* (34. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001), *Dom Quixote das crianças* (27. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001), *Viagem ao céu* (45. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995) e *Memórias da Emília* (42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994). (Nota da IHU On-Line)

7 Jeca Tatu: personagem criado por Monteiro Lobato em seu livro *Urupês*. O livro contém doze histórias baseado no cotidiano do trabalhador rural paulista. Simboliza a situação do caboclo brasileiro, abandonado pelos poderes públicos às doenças, principalmente a Ancilostomose (ou Amarelão), seu atraso e à indigência. (Nota da IHU On-Line)

8 João Gilberto Noll (1946): escritor brasileiro. É autor de, entre outros, *Bandoleiros* (1985) e

e marolas, publicado em 1999 como parte de uma série criada pela editora Objetiva sobre os sete pecados capitais. Cada autor escreveu sobre um dos pecados capitais, e Noll foi escolhido para escrever sobre a preguiça. Nesse texto, o escritor retoma o Macunaíma do final, o Macunaíma doente, já sem viço, entregue à própria sorte. O livro de Noll é o contrário de *Macunaíma*; retoma o tema da preguiça, presente no texto de Mário de Andrade, mas de forma invertida, ressaltando o tédio, o desencanto, a ausência total de utopia e de saída no mundo contemporâneo. A atualidade desses corpos entediados, corpos atacados pela doença e pelo mal-estar, opõe-se, assim, ao corpo macunaímico, um corpo de uma plasticidade enorme, capaz de se safar de tudo. Trata-se de duas concepções da literatura, que encenam, de forma distinta, o tema da preguiça.

A associação com o presente se faz de modo a apontar as variadas saídas para nossa eterna sensação de fracasso e de um país que não dá certo. Mas a alegria do jeitinho, as saídas lúdicas de Macunaíma deveriam servir de exemplo para que o Brasil retomasse um pouco o senso de humor e a alegria da existência. Não só o sentimento de fracasso.

IHU On-Line - Alceu Amoroso Lima⁹ dizia que Macunaíma não era um romance, nem um poema, nem uma epopéia, mas um coquetel. Como a senhora classificaria essa obra?

Eneida Maria de Souza - É uma rapsódia. Um amálgama de romance, conto popular, trechos de contos da carochinha, logo, uma mistura de vários gêneros e estilos. É popular, não se enquadra em nenhuma das qualificações que podem delimitá-lo.

LEIA MAIS...

>> Confira entrevista com a autora no site do Instituto Humanitas Unisinos:

* *Crítica cultural: tendências, conceitos e debates*, em 27-10-2007.

Hotel Atlântico (1989). Venceu o Prêmio Jabuti por cinco vezes. (Nota da IHU On-Line)

9 Alceu Amoroso Lima (1893-1983): foi um crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro. Adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. (Nota da IHU On-Line)

Macunaíma: ficção divertida e riqueza vocabular

Após 80 anos de seu lançamento, *Macunaíma*, segundo Maria Eugenia Boaventura, é bastante estudado e não é incompreendido pela crítica. Fora dos padrões narrativos da época, prima pela riqueza vocabular e metaforiza a falta de perspectivas do sujeito contemporâneo

POR ANDRÉ DICK E MÁRCIA JUNGES

Em entrevista por e-mail à IHU On-Line, Maria Eugenia Boaventura enfatizou que o que fascina os leitores de *Macunaíma* 80 anos após seu lançamento é o fantástico trabalho desenvolvido por Mário de Andrade com nosso idioma. Além disso, é “uma ficção muito divertida”. Maria Eugenia esclarece que a obra não é incompreendida pela crítica, mas bastante estudada. “Não é certamente uma obra simples, de leitura fácil, a começar pela riqueza vocabular manipulada pelo artista. Foge dos padrões narrativos da época. O fato de o livro ainda hoje despertar interesse se devem ao trabalho artesanal da linguagem e à ousadia da sua estrutura narrativa.” A respeito do homem “sem caráter”, a pesquisadora menciona que essa é uma metáfora para a falta de projetos do homem moderno de uma forma geral, tanto no Brasil quanto fora dele.

Maria Eugenia é graduada em Letras, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e mestre e doutora na mesma área, pela Universidade de São Paulo (USP). Leciona no Departamento de Teoria Literária da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É organizadora de *Estética e política* (São Paulo: Globo, 1992) e *Os dentes do dragão* (São Paulo: Globo, 1992), de Oswald de Andrade, de *Dicionário de Bolso de Oswald de Andrade* (São Paulo/SP: Editora Globo, 2007), e também dos livros *De Anchieta aos concretos* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003) e *Artesanatos de poesia* (São Paulo: Companhia das Letras, 2004), de Mário Faustino. Além disso, é autora de *A vanguarda antropofágica* (São Paulo: Ática, Coleção Ensaio, 1985) e *O salão e a selva. Uma bibliografia intelectual de Oswald de Andrade* (São Paulo: Ex-Libris/Unicamp, 1996).

IHU On-Line - Seria Macunaíma uma obra “sintoma de cultura nacional”? Em termos de folclore, de língua portuguesa, do processo de crescimento brasileiro, o que ela recupera ou traz de novo? Por quê?

Maria Eugenia Boaventura - Não diria que seja “sintoma nacional”. Para mim, *Macunaíma* é antes de tudo uma ficção muito divertida, cujo trabalho com a língua é fantástico, e é isto que fascina o leitor até hoje. Claro que incorpora dados do folclore nacional

e elementos de época, sobretudo, da cidade de São Paulo.

IHU On-Line - Se o próprio Mário de Andrade admite ter escrito Macunaíma nas férias, por “pura brincadeira”, não teria a crítica dado-lhe sentidos não propostos em sua composição? Seu livro transcendeu os objetivos e podemos dizer que a obra ganhou vida própria?

Maria Eugenia Boaventura - É possível que a idéia do livro e o primeiro

esboço tenham surgido numas férias, como uma brincadeira, uma diversão. Depois houve, é óbvio, por parte do escritor, um trabalho cuidadoso de pesquisa e composição até chegar à forma final. Trabalho este muito erudito e sofisticado e que demanda um repertório literário e cultural para que seja apreciado na sua complexidade. O papel do crítico é justamente o de remanejar métodos e técnicas a fim de construir o sentido do texto que analisa, com a bagagem teórica pessoal da

“Não diria que *Macunaíma* seja uma obra incompreendida pela crítica. Acho que é estudada, sim. Não é certamente uma obra simples, de leitura fácil, a começar pela riqueza vocabular manipulada pelo artista. Foge dos padrões narrativos da época. O fato de o livro ainda hoje despertar interesse se deve ao trabalho artesanal da linguagem e à ousadia da sua estrutura narrativa”

época de cada leitura.

IHU On-Line - *Macunaíma* é uma obra ao mesmo tempo incompreendida, considerada experimental pela maior parte da crítica, e bastante estudada por jovens em escolas, que costumam achar sua narrativa excêntrica. Diante disso, como *Macunaíma* ainda é tão debatido, ainda hoje, depois de 80 anos de seu lançamento?

Maria Eugenia Boaventura - Não diria que *Macunaíma* seja uma obra incompreendida pela crítica. Acho que é estudada, sim. Não é certamente uma obra simples, de leitura fácil, a começar pela riqueza vocabular manipulada pelo artista. Foge dos padrões narrativos da época. O fato de o livro ainda hoje despertar interesse se deve ao trabalho artesanal da linguagem e à ousadia da sua estrutura narrativa.

IHU On-Line - Qual é a influência que Mário sofreu tanto das obras de vanguarda européias quanto das obras de Oswald de Andrade, como *Serafim Ponte Grande*,¹ como a senhora constatou em estudos?

Maria Eugenia Boaventura - Não trato esta questão em termos de influência. Prefiro dizer que os dois escritores tinham projetos afins, e contribuíram de modo decisivo para produzir mudanças no panorama literário e cultural do país, além de terem dialogado com as diferentes propostas da vanguarda européia. Este projeto implicou num determinado momento na incorporação de temas e motivos locais, sem perder

de vista o processo de atualização da linguagem literária. Oswald talvez tenha sistematizado isto de forma mais rápida e aguerrida nos *Manifestos* de 1924 e 1928. Textos estes sobre os quais Mário em vários momentos manifestou seu apreço.

IHU On-Line - O brasileiro “sem caráter” expresso por *Macunaíma* continua uma forma correta de nos entendermos ontologicamente? Em que sentido podemos compreender corretamente esse adjetivo do personagem e considerá-lo um “homem sem projetos”, típico, na sua visão, do homem moderno?

Maria Eugenia Boaventura - Não. No máximo pode servir como uma metáfora para uma referência à falta de projeto do homem moderno de um modo geral, daqui e de fora. Não devemos esquecer as peculiaridades múltiplas do personagem: estrangeiro, índio negro e que depois vira branco.

IHU On-Line - Oswald de Andrade classifica *Macunaíma* como nossa *Odisséia*. Haveria possibilidade de considerar a obra de Mário também universal, ou seu personagem principal seria um “anti-herói” com amplitude latino-americana? Por quê?

Maria Eugenia Boaventura - Oswald dizia também que *Macunaíma* era a grande obra antropofágica. Sim, como Serafim, o personagem do *Macunaíma* não sabe exatamente o que quer, está amarrado pela incompetência, pela falta de caráter, pela falta de perspectiva. Os dois personagens quando tiveram meios de conquistar alguma

coisa (aquilo que Serafim chamava a felicidade) fracassaram. Um quando tinha a riqueza, o outro quando estava de posse do amuleto. Ambos têm desenlaces patéticos.

IHU On-Line - *Macunaíma* pode ser considerado um conto em mosaico, um romance, uma narrativa poética, ou ele é a mistura de todos esses elementos?

Maria Eugenia Boaventura - *Macunaíma*, como o *Serafim*, se constitui numa fantástica mistura de gêneros, outra faceta atual dos dois textos.

IHU On-Line - “A dialética da malandragem”, de Antonio Candido,² seria um conceito correto para compreender o personagem? Que outras obras brasileiras se enquadrariam nessa característica?

Maria Eugenia Boaventura - Acredito que sim: a dialética da malandragem, tão bem explorada por um dos principais críticos do Modernismo, na análise de uma obra brasileira do século XIX, pode ser acionada e adaptada para a leitura de várias outras obras, inclusive as duas acima. É bom lembrar que cada obra literária sugere um roteiro de leitura próprio.

² Antonio Candido de Mello e Souza (1918): escritor, ensaísta e professor universitário, um dos principais críticos literários brasileiros. É professor emérito da USP e UNESP, e doutor honoris causa da Unicamp. Foi crítico da revista *Clima* (1941-4) e dos jornais *Folha da Manhã* (1943-5) e *Diário de São Paulo* (1945-7). Na vida política, participou de 1943 a 1945 na luta contra a ditadura do Estado Novo no grupo clandestino Frente de Resistência. Escreveu o clássico *Parceiros do Rio Bonito* (1964). (Nota da IHU On-Line)

¹ *Serafim Ponte Grande* (São Paulo: Globo, 2007). (Nota da IHU On-Line)

Brasilidade. Identidade múltipla e caótica

Para o crítico literário Robson Pereira Gonçalves, “*Macunaíma* não é o depositário dos sentidos do Brasil”, mas uma obra de arte que inventa sentidos. Sua possibilidade de síntese reside na transfiguração dos “múltiplos que não se unificam neuroticamente na realidade brasileira”

POR ANDRÉ DICK E MÁRCIA JUNGES

“**M***acunaíma* não é o depositário dos sentidos do Brasil, antes é a obra de arte que inventa sentidos, rompe com as neuroses dos sentidos dados e aponta para uma identidade de última instância, que é uma identidade sem identificação”, defende o crítico literário Robson Pereira Gonçalves.

A declaração faz parte da entrevista a seguir, que concedeu com exclusividade por e-mail à **IHU On-Line**. De acordo com ele, “a possibilidade de síntese em *Macunaíma* estaria nessa transfiguração que a narrativa faz daqueles múltiplos que não se unificam neuroticamente na realidade brasileira, porque a busca da unidade numa identidade é uma busca neurótica, é apagamento das diferenças”. Questionado se o brasileiro ainda tem a sua muiraquitã, ele responde que ela, “tal como uma perversão, simboliza os nossos males e nossas aversões ao trabalho, ao conhecimento e saber e, muito mais, à construção de uma sociedade mais justa. Nessa esteira, a muiraquitã é o jogo do bicho, as loterias que assolam esses sonhos e embalam a esperança — individual — de nos tornarmos felizes”.

Graduado em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Robson é mestre em Letras, pela Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com a tese, já publicada, *Macunaíma: carnaval e malandragem* (Santa Maria: Imprensa Universitária, 1982). Doutorou-se em Linguística e Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com a tese *A questão do sujeito em Fernando Pessoa*. Ele leciona na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos *O sujeito Pessoa — Literatura e psicanálise* (Santa Maria: Edição Mestrado em Letras-UFSM, 1995), *Fábulas da província — Crônicas sobre arte e cultura* (Santa Maria: Edição Mestrado em Letras-UFSM, 1999) e *Fábulas da subjetividade — Literatura & psicanálise* (Santa Maria: UFSM/Reitoria/PRAE, 2002).

IHU On-Line - De que modo *Macunaíma* pode ser visto sob o ângulo carnavalesco da cultura brasileira? Ele pode ser percebido por meio de quais elementos na obra?

Robson Pereira Gonçalves - Já que se trata de uma entrevista, diria por conforto que a percepção carnavalesca do mundo é operada por quatro categorias: a *familiaridade*, onde são suspensas as restrições às normas so-

ciais e ao relacionamento humano; a *excentricidade*, que afasta a representação e a censura; as *mésalliances*, que, pelo carnaval, aproximam o sagrado do profano, o sublime do grotesco, o sério do cômico, o bem do mal; e a *profanação*, onde a arbitrariedade encerra, através do carnaval, todo um sistema de relações paradoxais com relação às extravagâncias narrativas e onde a paródia é o seu lugar comum. Nessa

perspectiva, é bom lembrar que *Macunaíma* não é o depositário dos sentidos do Brasil, antes é a obra de arte que inventa sentidos, rompe com as neuroses dos sentidos dados e aponta para uma identidade de última instância, que é uma identidade sem identificação. Essa identidade é múltipla e caótica porque torna indiferentes, pelo não-senso, todos os traços que organizam a brasilidade. Nessa medida, *Macunaíma* e seu

ideal de brincar, de prazeirar o sintoma brasileiro, torna-se falange daquela alegoria primordial de uma construção de sentido, por isso é que a obra *bem diz* a emergência de uma identidade.

IHU On-Line - Até que ponto o personagem de Mário de Andrade se insere na categoria da “dialética da malandragem”, trabalhada por Antonio Candido?

Robson Pereira Gonçalves - Macunaíma, na herança do sargento de milícias Leonardo, age e fala entre dois pólos: o da ordem, sociedade organizada das instituições e do poder econômico e político, e o da desordem, aquele dos trabalhadores aviltados, dos assalariados e aviltados pela sociedade. Sua atencionalidade nos mostra a possibilidade dialética de uma síntese através de um caminho terceiro que, na melhor das hipóteses, reuniria e aproximaria as características de um lado e outro na construção de uma outra sociedade. Seria uma empresa assaz “encompasada” e a-histórica, todavia poderia resultar numa sociedade mais justa e maneira (positiva) pela inventividade, sintoma característico do brasileiro.

IHU On-Line - Ao apresentar vários folclores, a reprodução de uma fala brasileira, de narrativas orais indígenas e credences populares, de desenvolvimento da cidade de São Paulo, qual é a visão sociológica que Mário de Andrade oferece sobre o Brasil através de sua rapsódia?

Robson Pereira Gonçalves - Mário de Andrade propôs em sua ficção uma reunião dessas narrativas nacionais, por isso rapsódia, reunião de contos. Até poder-se-ia afirmar que Mário estava com o intuito, nacionalista e cordial, de exacerbar pelos múltiplos a tal identidade brasileira num sentido positivo. Entretanto, o que o autor está a aludir é aquela premissa de uma identidade sem identificação, mal-estar fundante da cultura brasileira. Nessa esteira, aponto que sua perspectiva era colocar a nu e/ou denunciar a neurose nacional que compõe esse conjunto de falares. A perspectiva daqueles múltiplos planos (mitos, ritos, folclore) que justificam a tal orientação sociológica do texto merece ser vista de um outro ângulo,

aquele que conjuga tais regionalismos, rituais, mitos falares e sotaques como um “atravessamento” dos múltiplos sentidos (significados) da brasilidade para se chegar à referência maior do “não-caráter”, que é uma identidade sem-sentido, ou sem identificação. Tal herança, macunaímica, aponta para o mazombismo¹ do Brasil Colônia, onde impera o arquétipo dessa desventurada e malévola tradição de o brasileiro não saber se situar na aqui e no agora de sua língua e do que realmente quer, mas alhures e conforme os ventos das experiências. A nacionalidade se faz no sintoma da língua e o sentido da Arte na criação de significâncias. Dessa forma, a possibilidade de síntese em *Macunaíma* estaria nessa transfiguração que a narrativa faz daqueles múltiplos que não se unificam neuroticamente na realidade brasileira, porque a busca da unidade numa identidade é uma busca neurótica, é apagamento das diferenças.

IHU On-Line - Quais aspectos satíricos você destacaria como fundamentais no contexto da obra depois de 80 anos?

Robson Pereira Gonçalves - Vários são os aspectos e passagens da narrativa e que se inscrevem como espelho nos dias de hoje. Pode-se falar do episódio da “Carta pras Icamíabas”, onde Macunaíma escreve aos tapanhumas² sobre suas andanças na civilização num português barroco, bem ao gosto do Padre Vieira,³ e ilustra neuroticamente essa

1 Mazombismo: de acordo com Vianna Moog, é a ausência de determinação e satisfação de ser brasileiro, ausência de gosto por qualquer tipo de atividade orgânica, na carência de iniciativa e inventividade, na falta de crença na possibilidade de aperfeiçoamento moral do homem. (Nota da IHU On-Line)

2 Tapanhumas: tribo amazônica na qual Macunaíma nasceu. (Nota da IHU On-Line)

3 Antônio Vieira (1608-1697): padre jesuíta, diplomata e escritor português. Veio para o Brasil em 1915 e logo começou seus estudos no Colégio dos Jesuítas. Mais tarde, ingressou na Companhia de Jesus. Foi um grande orador sacro. Desenvolveu expressiva atividade missionária entre os indígenas do Brasil procurando combater a sua escravidão pelos senhores de engenho. Em 1641, voltou a Portugal, onde exerceu funções políticas como conselheiro da Corte e embaixador de D. João IV, principalmente no que se referia às invasões holandesas do Brasil. Retornou ao Brasil em 1652, tendo estado no Maranhão, onde fez acusações aos senhores de engenho escravocratas na defesa da liberdade dos índios. Foi expulso do país,

vertente num ato falho sensacional onde transparece sua ignorância com a língua ao trocar versículos da bíblia por testículos e assim por diante. Em outra passagem, “A pacuera do oibê”, Mário de Andrade ironiza as identificações de Macunaíma e a civilização — o herói sem caráter leva como lembranças uma galinha *Legorne*, o relógio *Pathek* e o revólver *Smith-Wesson*, símbolos de outra civilização e que seriam inúteis no Uraricoera, pois que não representariam avanços culturais e, muito menos, sociais. Esta é a sina do brasileiro, o de ser nostálgico e barroco quando fala de si e de suas fantasias, mentiras e falsas premissas. Por tudo isso, num outro episódio — “Macumba” —, Macunaíma vai pedir proteção no terreiro da tia Ciata e se depara com deputados, ladrões, senadores, gatunos e toda a gente e pede proteção de Exu, uma contradição com as coisas do bem e dos valores ditos cristãos. É a deformação do caráter e da ética que ainda grassa em nossa terra e, pelo exemplo, coloca todas as classes no mesmo saco.

IHU On-Line - O personagem Macunaíma normalmente é visto como um retrato do que costuma ser o estereótipo do brasileiro: malandro, preguiçoso (ele repete no livro a expressão “Ai, que preguiça”), desorganizado, de caráter duvidoso. Como vê, depois de 80 anos, essa analogia ainda sendo feita? Que paralelos você traçaria entre o “herói sem caráter” e o brasileiro do jeitinho? É possível aproximá-los? Por quê?

Robson Pereira Gonçalves - Uma das lições que tiramos do *Macunaíma* é que a personagem-título parece refletir mimeticamente os tais múltiplos que compõem a cultura brasileira, todavia não constrói o sentido de um caráter. Se as-

juntamente com outros jesuítas. Envolveu-se, posteriormente, com a Inquisição e chegou a estar detido por um ano. Voltou ao Brasil em 1681, para a Bahia, onde veio a falecer anos mais tarde, no Colégio de Salvador. Entre suas obras, estão *Sermões*, composto por 16 volumes que foram escritos entre 1699 e 1748; *História do futuro* (1718), *Cartas* (1735-1746), em três volumes; *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício* (1957), composto por dois volumes, e *Arte de furto*, escrito em 1744, porém, de autoria duvidosa. Confira a edição 244 da IHU On-Line, de 19-11-2007, Antônio Vieira. *Imperador da língua portuguesa*. (Nota da IHU On-Line)

sim o é, pode-se afirmar com segurança que hoje, mais do que nunca, aquela aproximação é relevante e imperiosa para se entender de vez porque ainda vivemos nessa miséria ética, intelectual, moral. Hoje, se tem uma cumplicidade malandra, seja nas relações sociais, seja, e para pior, nas relações de governo, judiciário, legislativo e povo. Portanto, uma aproximação do Macunaíma com o “jeitinho” dos brasileiros deve estar espelhada na assunção que hoje se percebe da malandragem, dos avessos, dos maneirismos negativos em todos os segmentos sociais. Notadamente nas instituições que deveriam zelar pelas relações de um projeto Brasil, onde o estatuto da ética e da moral conformariam um *tertius* na relação ordem *versus* desordem. Se antes imperava uma ordem sedimentada na força, na defesa incondicional das classes autoritárias, hoje se observa o império da desordem institucional, da violência urbana. Seria esse o nosso destino, o de ser como Macunaíma um “brilho bonito mas inútil porém de mais uma constelação”?

IHU On-Line - O brasileiro ainda busca o seu muiraquitã? Qual seria ele? Há um projeto de Brasil ou “Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são” continua sendo um dito atual?

Robson Pereira Gonçalves - Na questão da saúde, mormente se tenha avanço na medicina social, ainda abarrotamos nossos hospitais com os Jecas Tatus (vide Monteiro Lobato), tanto pelo descaso com a educação quanto pela ignorância que se nos povoa. Até hoje não sei qual seria o tal projeto Brasil, se o do dístico da bandeira — ordem e progresso — ou esse sentimento ufanista de ser brasileiro, a terra do sol e de Deus, porém sem leis e sem fronteiras e que em nome de discursos populistas para a ignara multidão faz ressurgir a esperança dos renunciadores à vida, pois um nirvana os espera atrás das palavras do líder. O que resta é uma fantasia, a tal da *muiraquitã*, que tal como uma perversão simboliza os nossos males e nossas aversões ao trabalho, ao conhecimento e saber e, muito mais, à construção de uma sociedade mais justa. Nessa esteira, a *muiraquitã* é o jogo do bicho, as loterias que assolam esses sonhos e embalam a esperança — individual — de nos tornarmos felizes.

Uma “entidade brasileira”

Ao invés de um estereótipo, uma entidade brasileira, e um convite permanente a pensar sobre verdades humanas, como o medo de crescer, a evasão à responsabilidade, a importância do ócio criativo e a crítica à alienação: eis algumas características da atualidade de *Macunaíma*

POR ANDRÉ DICK E MÁRCIA JUNGES

De acordo com a escritora Telê Porto Ancona Lopez, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, chamar Macunaíma de estereótipo do homem brasileiro é “uma visão muito esquemática do protagonista da rapsódia do herói da nossa gente”, e concorda com Alfredo Bosi e Paulo Prado, quando eles destacam que o objetivo do autor era captar a “entidade brasileira”. Ela assinala que o livro mostra uma vasta pesquisa de elementos de nosso país, e que nele “está o avesso do futurismo, do ponto de vista ideológico”. Para ela, o que faz *Macunaíma* continuar lido e discutido entre os estudantes é o diálogo que propõe conosco, homens e mulheres contemporâneos, ao tocar não apenas “verdades do homem no Brasil, como verdades humanas, atuais, como o medo de crescer, a evasão à responsabilidade, a importância do ócio criador, a crítica do trabalho forçada, alienado”.

Telê é graduada em Letras Neolatinas e especialista em Língua e Literatura Francesa e Portuguesa Brasileira, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Na Universidade de São Paulo (USP), cursou especialização em Literatura Brasileira, Portuguesa, Teoria Literária e Literatura Comparada, mestrado e doutorado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada). Sua dissertação intitulou-se *O sequestro da dona ausente: reconstrução de um estudo de Mário de Andrade a partir de suas notas de leitura*, e a tese *Mário de Andrade: ideologia e cultura popular*. É livre-docente pela mesma instituição com o trabalho *O cronista Mário de Andrade*. Lançará, pela Agir/Ediouro, ainda este ano, uma edição comentada de *Macunaíma*. Estudiosa do modernismo e da obra de Mário de Andrade, é curadora do arquivo desse escritor no IEB-USP. Leciona, escreve e forma quadros universitários, dedicando-se principalmente à exploração das vanguardas do século XX, à análise da obra de modernistas brasileiros — sobretudo a de Mário de Andrade —, à crítica textual e à crítica genética, bem como ao estudo dos chamados gêneros de fronteira, onde estão a epistolografia, a crônica jornalística, os diários e as memórias.

IHU On-Line - O personagem “anti-herói” ou “herói de nossa gente” de Mário de Andrade é muitas vezes tomado como um retrato do estereótipo do homem brasileiro, sobretudo por sua “preguiça”. Haveria, ainda hoje, essa aproximação, e o que Macunaíma simboliza para a li-

teratura e a cultura brasileiras?

Telê Porto Ancona Lopez - Estereótipo seria uma visão muito esquemática do protagonista da rapsódia do herói da nossa gente. Bosi¹ e outros

¹ Alfredo Bosi (1936): professor universitário, crítico e historiador de literatura brasileira. É um dos imortais da Academia Brasileira de Letras. Escreveu, entre outros,

críticos inteligentes mostram pontos de contato com as idéias de Paulo Prado² no *Retrato do Brasil*, e destacam que Mário de Andrade se propôs captar a “entidade brasileira”.

IHU On-Line - Quais são os principais elementos revelados na estrutura da narrativa de Mário de Andrade para que haja uma reavaliação de linguagens próprias ao ambiente brasileiro, do folclore, das crendices? O que o autor trouxe de seu interesse pelo Brasil para sua criação?

Telê Porto Ancona Lopez - Respondo perguntando se a expressão “crendices”, contida na pergunta, refere-se – e de modo etnocêntrico! – a mitos, lendas e práticas de cunho religioso ligadas à magia que se liga à visão de mundo do índio, do homem do povo do Brasil? Eu diria que o livro espelha uma formidável pesquisa de elementos do Brasil, em diversas áreas, realizada em função de um projeto literário brasileiro moderno.

IHU On-Line - Há uma tentativa de mostrar a entrada no Brasil na Revolução Industrial, com o crescimento, por exemplo, de São Paulo, numa espécie de choque entre a natureza de uma geografia inexplorada e a máquina urbana, opressora, capitalista, assim como entre o indígena e o branco?

Telê Porto Ancona Lopez - Macunaíma é literatura, portanto, arte. Não se propõe a mostrar esse ingresso, porque não é um livro de História. Plasma simplesmente, em uma ação romanesca, os contrastes e as contradições, nos dois espaços freqüentados pelo herói – a natureza e a cidade “macota”, marcada pela industrialização, na qual existe ainda o anseio e a capacidade de acolher o mito de Paiuí Pódole, o Cruzeiro do Sul, e o de Paluá.

IHU On-Line - Por que Mário teria considerado Macunaíma uma rapsódia e, na sua visão, isso se dá numa mistura entre romance e conto? O que havia, nesse ideal, da presença

Bras Cubas em três versões (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006) e *História concisa da literatura brasileira* (44. ed. São Paulo: Cultrix, 2007). (Nota da IHU On-Line)

² Paulo Prado (1869-1943): escritor e ensaísta brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

“Estereótipo seria uma visão muito esquemática do protagonista da rapsódia do herói da nossa gente”

de idéias, por exemplo, do movimento futurista?

Telê Porto Ancona Lopez - A rapsódia de Mário de Andrade continua a coser, em 1928, o traje de arlequim que *Paulicéia desvairada* propõe em 1922, um projeto que se apropria, que transfigura matrizes de todo tipo, cultas e populares, marcadas ou não pelas vanguardas européias do século XX. Avalio que, em *Macunaíma*, está o avesso do futurismo, do ponto de vista ideológico. A escrita rapsódica, prosa experimental e, conforme estudou Suzana Camargo,³ sátira menipéia, admite a mistura de gêneros (conto, romance, carta), assim como incorpora a criação musical popular, rezas, parlendas, versos de bumba-meu-boi etc. Esta rapsódia é, principalmente, um canto, segundo o “Epílogo”; “canto novo” que pratica rimas e ecos a toda hora, ignorando ditames da prosa culta de então. Análises de Gilda de Mello e Souza⁴ e de Suzana Camargo, feitas à luz do pensamento de Bakhtin,⁵ colo-

³ Maria Suzana Camargo: autora de *Macunaíma: ruptura e tradição* (São Paulo: Massao Ohno/João Farkas, 1977). (Nota da IHU On-Line)

⁴ Gilda de Mello e Souza (1919-2005): filósofa, crítica literária, ensaísta e professora universitária brasileira. É conhecida por seus estudos sobre a obra de Mário de Andrade, sobretudo pelo livro *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma* (São Paulo: Ed. 34, 2003), apontado como referência. Era esposa de Antonio Candido e sobrinha de Mário de Andrade. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975): linguista russo. Seu trabalho é considerado influente na área de teoria literária, crítica literária, análise do discurso e semiótica. Bakhtin também é considerado como filósofo da linguagem, e sua lingüística é uma “trans-lingüística” porque ela ultrapassa a visão de língua como sistema. Isso porque, para Bakhtin, não

cam Macunaíma na esfera da carnavalização.

IHU On-Line - Na sua visão, os preceitos da Semana de Arte Moderna de 22, com a tentativa de destacar a cultura nacional – visível na poesia Pau-Brasil de Oswald de Andrade, por exemplo –, se mostram presentes em *Macunaíma*?

Telê Porto Ancona Lopez - A Semana não tinha “preceitos”. As propostas modernistas no “Prefácio interessantíssimo” de *Paulicéia desvairada* e no manifesto de Klaxon, em 1922, destacam a pesquisa, a busca de soluções estéticas visando inserir o Brasil no século XX. O “Prefácio interessantíssimo” e os poemas de Mário de Andrade mostram um crivo crítico das diferentes vanguardas européias, crivo que decorre do assumir da condição de brasileiro. Em “O trovador”, profissão de fé do poeta moderno e modernista, o verso “Sou um tupi tangendo um alaúde” cristaliza esse crivo crítico, antropofagia “avant la lettre”. O Brasil em traços que lhe são próprios, comparece – artisticamente! – nas obras de Mário, Oswald de Andrade, Alcântara Machado⁶ e nas obras dos demais modernistas brasileiros. A criação popular, cuja dignidade é reconhecida desde o poema “Noturno” de *Paulicéia*, a História do Brasil, liricamente parodiada na poesia Pau Brasil, e tantos elementos de nossa cultura ingressam transfigurados na criação literária culta dos modernistas, respondendo aos apelos, às necessidades intrínsecas de cada texto, de cada obra. Não vejo uma “tentativa de destacar a cultura nacional”, e sim descobertas multiplicadas de um Brasil multifário, feitas por artistas, na literatura, nas artes plásticas e na música, no decênio de 1920. E o que

se pode entender a língua isoladamente, mas qualquer análise lingüística deve incluir fatores extra-lingüísticos como contexto de fala, intenção do falante, a relação do falante com o ouvinte, momento histórico. Bakhtin professa uma abordagem marxista da língua e da lingüística, pois para ele “a palavra é o signo ideológico por excelência” e também “uma ponte entre mim e o outro”. Alguns conceitos fundamentais de Bakhtin são o dialogismo, a polifonia, a heteroglossia e o carnavalesco. Entre suas obras, destacamos *Problemas da poética de Dostoiévski* (2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997). (Nota da IHU On-Line)

⁶ Antônio Castilho de Alcântara Machado d’Oliveira (1901-1935): jornalista, político e escritor brasileiro. Escreveu *Brás*, *Bexiga* e *Barra Funda* (1927). (Nota da IHU On-Line)

**“O livro espelha uma
formidável pesquisa de
elementos do Brasil,
em diversas áreas,
realizada em função
de um projeto literário
brasileiro moderno”**

é cultura nacional?

IHU On-Line - Em se tratando da linguagem de *Macunaíma*, como Mário utiliza nele suas idéias a respeito de uma língua abrasileirada? Ele consegue “carnavalizar a linguagem”, para utilizar uma expressão de Bakhtin?

Telê Porto Ancona Lopez - Trata-se da questão muito importante do emprego artístico (estilizado) da língua portuguesa falada no Brasil, tão focalizado por Mário em suas cartas. Esse é o pilar lingüístico do projeto modernista do escritor, explorado em sua ficção nos anos de 1920, em *Belazarte*, *Amar, verbo intransitivo* e *Macunaíma*.

IHU On-Line - Será lançada, ainda este ano, uma edição comemorativa de *Macunaíma* organizada pela senhora? Na sua visão, por que é ainda é uma obra tão debatida em escolas e universidades?

Telê Porto Ancona Lopez - A edição comemorativa terá estudos críticos publicados em 1928, 1934, 1945 e em nossos dias. A razão principal de *Macunaíma* continuar lido e discutido nas escolas — desde o ensino médio ao universitário — está no fato de ser uma obra que continua dialogando conosco porque toca não só verdades do homem no Brasil, como verdades humanas, atuais, como o medo de crescer, a evasão à responsabilidade, a importância do ócio criador, a crítica do trabalho formiga, alienado etc.

Síntese do Brasil, nosso veneno e nossa delícia

Para ser deglutido, ao invés de devorado, *Macunaíma* é um livro cubista, de crítica nacionalista e faz uma colagem de inúmeros aspectos. Polimorfia do personagem é nosso veneno e nossa delícia, define a crítica literária Noemi Jaffe

POR ANDRÉ DICK E MÁRCIA JUNGES

De acordo com a escritora Noemi Jaffe, em entrevista por e-mail à IHU On-Line, a polimorfia do anti-herói Macunaíma, ora formiga, ora pé de urucum, ora preto retinto, é um dos traços principais e mais belos da obra. Assim, Mário de Andrade “sintetiza o Brasil, tão difícil de definir e, em muitos casos, insolúvel também por causa dessa dificuldade. Nosso veneno e nossa delícia”. Um livro cubista, de forte crítica nacionalista, *Macunaíma* é uma “colagem de vivências, amizades, lendas indígenas e mitológicas de vários países, língua falada e escrita, história antiga e moderna”. Para Jaffe, esse não é um livro para ser “devorado”, mas para ser deglutido aos poucos, “indo, voltando, relendo”.

Jaffe é colaboradora do jornal *Folha de S. Paulo*. Atua como professora do ensino médio e escritora. É doutora em Literatura Brasileira pela USP. Escreveu *Macunaíma* (São Paulo: Publifolha; Coleção Folha Explica, 2001) e *Ler palavras, ver imagens* (São Paulo: Global, 2003).

IHU On-Line - Até que ponto os acontecimentos da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, do crescimento da cidade, da amizade com Oswald de Andrade e outros intelectuais, foi importante para Mário de Andrade ter escrito *Macunaíma*? E, dentro desse contexto, na sua visão, quais foram as influências literárias de Mário de Andrade ao escrever *Macunaíma*?

Noemi Jaffe - No livro *Roteiro de Macunaíma*, de Cavalcanti Proença,¹ a maior parte das influências que Mário de Andrade sofreu na escrita de *Macunaíma* está relatada. O próprio Mário dizia que seu livro era um “plágio”. Na verdade, *Macunaíma* é uma colagem de vivências, amizades, lendas indígenas e mitológicas de vários países, língua falada e escrita, história antiga e moderna. Acredito que tudo que Mário de Andrade tinha

¹ Manuel Cavalcanti Proença: autor, entre outros, de *Roteiro de Macunaíma* (5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978). (Nota da IHU On-Line)

vivido e sobre o qual tinha refletido entrou na produção de *Macunaíma*, que é um livro cubista, mas com forte crítica nacionalista.

IHU On-Line - Quais são os principais experimentos da obra em termos de estrutura, enredo, linguagem e estilo, por meio de sua textualidade? Nesse sentido, como Mário faz a reutilização do folclore, a reprodução de uma fala brasileira, de narrativas orais indígenas e credences populares, e como se dá o enfoque sobre o desenvolvimento da cidade de São Paulo, em oposição a outros espaços que continuam ainda inexplorados país afora?

Noemi Jaffe - Como disse acima, a obra tem vários elementos cubistas, como a multiplicidade de pontos de vista narrativos, a confusão espacial e temporal, a não linearidade e a mistura de registros. O capítulo “Carta pras Icamíabas”, por exemplo, gera muita dificuldade de compreen-

**“Macunaíma também faz uma crítica
emocionante ao desenvolvimento, no capítulo
de sua chegada à cidade, que é
surpreendentemente válida até hoje”**

são da parte dos leitores, que muitas vezes não compreendem a linguagem empostada e a função narrativa do capítulo no meio do livro. Mas é só prestar um pouco mais de atenção (aliás, atenção é fundamental na leitura desse livro), para ver que é uma crítica ao parnasianismo e a um certo oportunismo misturado com ingenuidade, da parte do personagem. *Macunaíma* também faz uma crítica emocionante ao desenvolvimento, no capítulo de sua chegada à cidade, que é surpreendentemente válida até hoje. O livro mostra muito bem as diferenças de urbanização e de desenvolvimento social nas várias regiões do Brasil, que infelizmente ainda perduram.

IHU On-Line - Quais foram as críticas obtidas na época do lançamento do livro? Quem leu *Macunaíma* estranhou a utilização de uma terminologia e de uma sintaxe estranhas?

Noemi Jaffe - Sim, *Macunaíma* obteve recepção dubia, de celebração por parte dos modernistas e de seus entusiastas, e de muita rejeição também. Como, aliás, ainda acontece.

IHU On-Line - O personagem Macunaíma costuma ser visto como um retrato do que costuma ser o estereótipo do brasileiro: malandro, preguiçoso (ele repete no livro a expressão “Ai, que preguiça”), desorganizado, de caráter duvidoso. Como vê, depois de 80 anos, essa analogia ainda sendo feita? Que paralelos você traçaria entre o “herói sem caráter” e o brasileiro do jeitinho? É possível aproximá-los? Por quê?

Noemi Jaffe - Há muitos enganos nessa redução de Macunaíma a esse estereótipo, a meu ver, como também no

próprio estereótipo dessa imagem do brasileiro. A obra *Macunaíma* contém muitos elementos críticos ao próprio personagem e à sua dificuldade em levar as coisas adiante. Mas mostra um Macunaíma amoral, não imoral, muitas vezes melancólico, que tem um objetivo e parte em busca dele até conseguir-lo (a muiraquitã) e que sabe lançar grandes maldições sobre quem não o soube receber, além de boas interpretações sobre o Brasil também (pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são). Por outro lado, o estereótipo do brasileiro malandro e improvisador também não corresponde à realidade. Como diz Chico Buarque,² “o malandro pra valer, não espalha, aposentou a navalha, tem mulher e filho e tralha e tal” e a guerra no Rio já não trata mais de malandros ingênuos.

IHU On-Line - Como entender a polimorfia do “anti-herói” que ora é formiga, ora é pé de urucum, ora é preto retinto?

Noemi Jaffe - É um dos traços principais e mais belos de Macunaíma, a meu ver. Dessa forma, ele sintetiza o Brasil, tão difícil de definir e, em muitos casos, insolúvel também por causa dessa dificuldade. Nosso veneno e nossa delícia.

IHU On-Line - Que aspectos você destacaria quanto à crítica que Mário de Andrade faz a língua portuguesa escrita? Seguindo esse caminho, que parecia, sobretudo, uma crítica ao parnasianismo, continua contemporânea a tentativa de Mário “abrasileirar” a linguagem também

² Chico Buarque de Hollanda (1944): músico e escritor brasileiro, autor, entre outros, de *Estorvo*, *Benjamim* e *Budapeste*, lançados pela Companhia das Letras. (Nota da IHU On-Line)

literária?

Noemi Jaffe - Acredito que continua muito atual. Ainda vemos uma certa hegemonia de padrões desnecessários na linguagem jornalística, teórica e principalmente na linguagem acadêmica, muitas vezes presa a rigores do século XIX.

IHU On-Line - Como o desprezo pelo mecanismo geográfico-temporal convencional dá cadência à obra?

Noemi Jaffe - É essa dança assimétrica e, em certa medida, difícil, que confere graça (entre outras coisas) a *Macunaíma*. Não é certamente um livro para devorar (trocadilho incluso). É um livro para deglutir lentamente, indo, voltando, relendo. É uma cadência vertiginosa e também lenta.

IHU On-Line - Há estudos de respeito sobre a obra *Macunaíma* (como os de Gilda Mello e Souza,³ Haroldo de Campos,⁴ M. Cavalcanti Proença, entre outros). Poderia destacar, como especialista, alguns que considera de maior relevância para compreender o personagem marioandradino?

Noemi Jaffe - Adoro os dois estudos, com suas contradições e tendo a concordar com os dois, embora eles sejam até contraditórios (mas suas abordagens são muito distintas). Gosto muito também dos ensaios de José Miguel Wisnik,⁵ que abarca as diferenças de forma mais circular, e de Alfredo Bosi. Além de lembrar sempre como é fundamental o livro de Cavalcanti Proença.⁶

³ *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma* (São Paulo: Ed. 34, 2003). (Nota da IHU On-Line)

⁴ Haroldo de Campos (1929-2003): poeta, tradutor e crítico literário brasileiro. É autor de *Xadrez de estrelas* (2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008) e *Morfologia do Macunaíma* (2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008), um estudo baseado na *Morfologia do conto maravilhoso*, de Vladimir Propp. (Nota da IHU On-Line)

⁵ José Miguel Wisnik (1948): professor de Teoria Literária da USP, é também crítico literário e músico. Escreveu, entre outros livros, *O som e o sentido* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999), *Sem receita* (São Paulo: Publifolha, 2004) e *Veneno remédio* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008), recém-lançado. (Nota da IHU On-Line)

⁶ *Roteiro de Macunaíma* (5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978). (Nota da IHU On-Line)



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana



IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Brasil em Foco

Recordar ou esquecer?

A Lei da Anistia em discussão

Pesquisadores comentam a Lei da Anistia no Brasil

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Décadas depois, a Ditadura Militar ainda gera polêmica e divergência. Um pacto, em 1979, entre os militares de plantão e algumas lideranças políticas, possibilitou a Lei da Anistia. Depois disso veio a Constituição de 1988. Diferentemente de outros países da América Latina, no Brasil, nenhum torturador, respaldado pela Lei da Anistia, foi punido. Os ministros Tarso Genro (Justiça) e Paulo Vanucchi (Secretaria Especial de Direitos Humanos) levantaram, recentemente, uma questão candente.

Para discutir a questão, a IHU On-Line propõe o debate a seguir. Com base nas perguntas enviadas pela nossa equipe, professores dos cursos de Direito e de Filosofia da Unisinos comentam a proposta dos ministros Tarso e Paulo, favoráveis à punição dos torturadores que atuaram durante o Regime Militar. Confira os depoimentos concedidos por e-mail à IHU On-Line. Veja o que foi perguntado aos entrevistados:

IHU On-Line - A Lei da Anistia pode ser reavaliada e modificada, juridicamente? O senhor concorda com a proposta do ministro Tarso Genro, favorável à punição de torturadores que atuaram no Regime Militar? Em que aspectos essa medida é positiva ou negativa para a história do país?

IHU On-Line - Em que medida a Lei da Anistia comprometeu os direitos humanos, no país?

IHU On-Line - Tortura pode ser considerada um crime político?

IHU On-Line - Quais são as implicações de abrir os arquivos da ditadura? Sob o ponto de vista democrático e político é melhor recordar ou esquecer esse assunto?

“O ministro Tarso Genro sustentou a necessidade de reavaliar a aplicação da Lei da Anistia para aqueles que agiram por excesso de mandato. Esses, portanto, não cometeram crimes políticos. Nisso se enquadra, obviamente, a tortura, que sempre é violadora da Lei, da Constituição e dos tratados internacionais. Nem o regime de exceção avalizava legalmente a tortura. Mas, pergunto e respondo, é possível punir, ainda hoje, esses torturadores? Penso que sim. Tortura é crime imprescritível. Mesmo que a Constituição apenas tenha tornado a tortura imprescritível em 1988, portanto, depois da Lei da Anistia, os tratados internacionais dos quais o Brasil era signatário colocavam-na como crime contra os direitos humanos e imprescritíveis. Esse foi o caso da Argentina, em que a Suprema Corte julgou inconstitucional a Lei da Obediência Devida, que anistiara os militares que praticaram tortura. Mas essa é uma questão complexa, que demanda uma longa entrevista, para evitar mal-entendidos, principalmente na comunidade jurídica, em face do princípio da reserva legal, para citar apenas esse ponto de extrema controvérsia.

A Lei da Anistia comprometeu os direitos humanos quando permitiu aplicação tabula rasa, não separando o joio do trigo. Na verdade, em muitos casos, ficamos com o joio. Os arquivos da ditadura devem ser abertos. Trata-se de um direito fundamental da nação. Ela precisa saber o que aconteceu.”

Lenio Streck é mestre e doutor em Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e pós-doutor, pela Universidade de Lisboa. Docente do curso de Direito da Unisinos, ele é membro da Comissão Permanente de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros e presidente de honra do Instituto de Hermenêutica Jurídica.



ARQUIVO PESSOAL

DIVULGAÇÃO



“As conjunturas políticas algumas vezes exigem que se concorde em assinar, ou acatar, uma Lei de Anistia, mas, antes de qualquer lei positiva, há uma lei natural, que podemos chamar de direito humano fundamental, cujo fundamento último é uma razão crítica, a qual nenhuma lei positiva pode suprimir. Por isso, determinados atentados contra a vida humana são considerados como imprescritíveis, isto é, que não prescrevem nunca. Este tipo de crime clama por justiça por si só. Não são as pessoas que gritam, é a própria injustiça que grita nos homens, e nem o tempo nem a omissão conseguem abafar esse clamor. A saúde cívica de uma nação depende de dar ouvidos a este clamor, de aceitar a dor, de enxergar a ferida e tratá-la; afogar esse grito, negar, esquecer vira sintoma dos muitos aos quais estamos quase acostumados como a corrupção, a violência e o sentimento de insegurança.”

* Alfredo Culleton é graduado em Filosofia, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui), mestre em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente, é professor do PPG em Filosofia e do PPG em Direito da Unisinos.

“Em primeiro lugar, gostaria destacar alguns princípios filosóficos deste debate. O principal deles é que o esquecimento da barbárie perpetrada no passado promove a sua reprodução no futuro. Só a memória das violências cometidas pode evitar que elas se repitam no futuro. Um segundo pressuposto é que o esquecimento submete às vítimas a uma dupla injustiça: elas sofreram a barbárie da tortura e agora se pretende apagar seu sofrimento através do esquecimento. Só a memória detalhada de cada vítima, de seu sofrimento, do horror cometido contra ela, pode ajudar a reparar, em parte, a barbárie e injustiça que sofreram. Esquecer significa negar as vítimas e seu sofrimento; o esquecimento as condena a uma segunda morte, a morte da história, e uma segunda injustiça: a injustiça do olvido.

Antes de falar de anistia, haveria que diferenciar entre os conceitos de esquecimento e perdão. Só se pode perdoar se há memória viva do acontecido. Quando se esquece não se perdoa, simplesmente se ignora a responsabilidade do torturador e a dor da vítima. O perdão, necessário em muitos casos, só pode acontecer como evento político se a memória da barbárie e o sofrimento das vítimas são rememorados como ato do presente. A anistia não pode ser esquecimento, ela poderá vir a existir como ato político do perdão, porém e só uma vez que se restabeleça a memória de todo o acontecido com as vítimas e as responsabilidades dos torturadores.

O tribunal de Nuremberg, ante a barbárie nazista, teve de inovar uma categoria jurídica: os crimes contra a humanidade. Há consenso filosófico, jurídico e político de que os crimes contra a humanidade não prescrevem no tempo nem sua responsabilidade fica restrita a um país. Se a tortura sistemática, em grande escala, praticada por aparatos do Estado, não fosse considerada um crime contra a humanidade, o que mais poderia ser considerado? A tortura, mais do que um crime político, deve ser conceituada como crime contra a humanidade, por isso sua responsabilidade não prescreve.

No que se refere à abertura dos arquivos da ditadura, dois pontos estão em questão: a justiça das vítimas; e evitar que no presente e futuro venham se repetir os atos de tortura como estratégia de controle biopolítico. Para tanto, se requerem duas medidas: trazer à memória o detalhe dos fatos acontecidos para fazer justiça às vítimas, e responsabilizar judicialmente aos torturadores pelo que fizeram. Após a sentença judicial, se poderá falar em anistia como perdão da pena ditada pelo tribunal. Porém, é necessário que esse julgamento aconteça para que a impunidade não perpetue a barbárie entre nós.”

Castor Bartolomé Ruiz é graduado em Filosofia e Teologia, pela Universidade de Comillas, mestre em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em Filosofia, pela Universidad de Deusto, Espanha. Ruiz é docente do PPG em Filosofia da Unisinos.

DIVULGAÇÃO



“Não se trata de se modificar ou de se reavaliar a Lei de Anistia de 1979. Trata-se apenas, a meu ver, de interpretá-la de modo mais coerente e correto (o que envolve sua análise pelo filtro da Constituição de 1988 e da Lei de Anistia de 2002). Torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados realizados por agentes do governo ditatorial não são crimes políticos (as leis em vigor na ditadura militar consideravam criminosas essas condutas), mas sim ‘crimes contra a humanidade’, o que é assente na ordem jurídica internacional desde o Tribunal de Nüremberg, em 1945. O Brasil pertence à Organização das Nações Unidas (que se ergueu exatamente a partir de Nüremberg) e ratificou tanto a Declaração da ONU quanto, mais adiante, em 1952, a Convenção das Nações Unidas sobre Prevenção e Repressão do Genocídio e, em 1957, as Convenções de Genebra de 1949. Em todos esses tratados, o chamado ‘direito humanitário’ aparece com grande força, assim como a noção dos ‘crimes contra a humanidade’. A imprescritibilidade de tais crimes é da sua própria essência, é inerente à sua tipificação, princípios e contexto histórico, restando hoje explicitamente reconhecida por diferentes normas nacionais e tratados internacionais, dos quais o mais recente é o Estatuto de Roma, ratificado pelo Brasil inclusive. Além disso, os crimes de desaparecimento forçado constituem crime permanente, não havendo sequer que se cogitar de sua prescrição até que sua elucidação se complete. Assim, sou favorável, sim, à tese do ministro Tarso Genro e considero levianas e injustas as acusações que são feitas a ele de ser movido por interesses particulares e eleitorais. Considero o ministro Tarso Genro um verdadeiro democrata e o parabenizo pela sua coragem em assumir publicamente este debate. Na minha opinião, a Lei de Anistia de 1979 não foi ampla, geral e irrestrita. Se ela propiciou o retorno de muitos exilados e a libertação dos presos políticos (o que no contexto da época já foi um feito memorável e importante), ela também serviu, política e historicamente, para garantir a impunidade dos agentes do governo, pois prevaleceu até hoje a tese de que os crimes contra a humanidade cometidos por tais agentes estavam inseridos na duvidosa expressão ‘crimes conexos’, contida na lei de 1979, e que, portanto, os seus autores também estariam anistiados. Este fato alimenta uma cultura de violência e impunidade, que é muito forte hoje em nosso país. Muitas pessoas, por exemplo, acham que é perfeitamente normal que o Estado torture e mate em sua ação policial. Basta ver, por exemplo, o que acontece hoje contra os jovens pobres e negros da periferia carioca.

Em função disso, eu pergunto: que direito têm as Forças Armadas de manterem inacessíveis à sociedade brasileira documentos que contribuem para elucidar a sua própria história? As Forças Armadas, na verdade, temem que a sua imagem junto à opinião pública fique seriamente abalada e que, é claro, se consubstanciem provas sólidas contra pessoas que integraram e integram os seus quadros, muitas delas vivas até hoje. Mas é um direito do povo brasileiro saber o que aconteceu, é o ‘Direito à memória e à verdade’. Como vamos esquecer aquilo que nem sequer foi conhecido? Como vamos superar um problema que não foi enfrentado? Como vamos anistiar quem nem sequer foi acusado e julgado (ao contrário do que aconteceu com os militantes políticos que resistiram a um governo ilegítimo e inconstitucional)? Esquecer o que está pendente não é superar e pacificar, mas sim recalcar o que há de pior do que se tenta fugir. Nossa sociedade violenta e desrespeitadora dos direitos humanos está aí para comprovar isto. Esta história não tem dono, e é direito, especialmente dos mais jovens, conhecê-la.”

José Carlos Moreira da Silva Filho é doutor em Direito, pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação e da Graduação em Direito na Unisinos, avaliador do Ensino Superior pela SESu/INEP e conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.



Divulgação

DIVULGAÇÃO

“A Lei de Anistia foi um produto da transição do autoritarismo para a democracia. De certa forma, um acordo político entre a oposição (respaldada fortemente pelo movimento social) e o poder militar. A exigência dos governos da época foi de uma anistia ampla e geral, o que pressupunha não só a reconciliação nacional, mas o encobertamento dos crimes, no caso específico o crime da tortura, tido em tratados internacionais como um crime hediondo, cometidos pelo Estado contra seus cidadãos. O que se está discutindo desde as manifestações do ministro da justiça é a possibilidade de investigação, e eventual punição, destes crimes e não a revisão da Lei da Anistia. Ainda sobre os torturadores, mesmo nos Atos institucionais não se pode encontrar nenhuma autorização expressa a tal prática, embora a eliminação do *habeas corpus* possa ser um indicador de sua utilização pelos aparatos repressivos, militares ou civis.

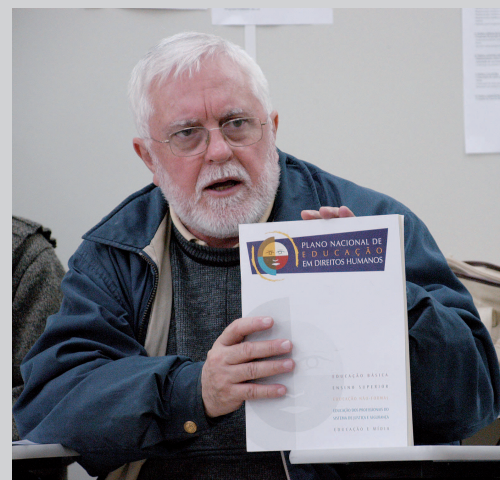
Deve se investigar, e é disto que fala o ministro Tarso Genro. Há provas evidentes de práticas de tortura e assassinatos de opositores do Regime Militar. A experiência internacional não apresenta casos de anistia a torturadores e a autoridades responsáveis por estas práticas de investigação e de destruição da integridade física e psíquica dos que a ela foram submetidos. As experiências internacionais demonstram que, nos países em que os responsáveis pelas práticas de tortura foram julgados e condenados, o índice de violência diminuiu significativamente. Especialmente a violência originada do Estado e exercida por seus agentes em nome da sociedade. A impunidade dos torturadores de uma época estimula a manutenção destas práticas ao longo do tempo.

A experiência internacional, basta aqui recuperar a memória dos tribunais de Nürenberg e de Haia, consideram a tortura um crime hediondo, a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, referenda os tratados internacionais. A tortura, mais do que um princípio primitivo de investigação, sempre teve como objetivo eliminar a consciência das sociedades e substituí-la pelo medo. Não por acaso, ela está presente na história humana quando as forças autoritárias negam a democracia e a soberania dos povos e das nações.

A Anistia é a construção do entendimento entre as diferentes correntes de pensamento de uma sociedade. No caso brasileiro, foi mais uma mediação um acerto pragmático do que uma reconciliação nacional. Quando, por exigência dos governos militares, a anistia se fez “ampla e geral”, foram incluídos na lei não só opositores do Regime Militar, mas criminosos que atuaram em nome do Estado e, portanto, de toda a sociedade, fora dos limites da lei, mesmo da lei de exceção. Os Direitos Humanos não existem para defender a impunidade; pelo contrário, seus pressupostos exigem o cumprimento de normas que garantam a justiça para todos, e aqueles que cometem crimes devem ser responsabilizados pelos atos que cometem.

Um país precisa encontrar-se com seu passado. Revisitá-lo, apreender com ele, é a única forma de nunca mais cometer os mesmos erros. Já tardamos além do desejável para abrir os arquivos da ditadura. Encobrir a História não é esquecê-la; é permitir que os erros se repitam indefinidamente. Não se trata aqui de condenar as forças sociais que exorbitaram em suas ações, mas de percorrer caminhos que coloquem a justiça como ponto de partida das relações políticas e sociais. O esquecimento não só elimina o passado, mas impede a sociedade de se libertar do medo e de constituir a democracia como forma de regulação da vida política e econômica.”

Solon Eduardo Annes Viola é doutor em História, pela Unisinos, onde, atualmente, é professor de História da Educação e de Direitos Humanos e Democracia na América Latina. O pesquisador também participa da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e é membro do Comitê Brasileiro de Educação em Direitos Humanos.



LEIA MAIS...

>> Confira um depoimento do professor Lenio Streck sobre o *Dicionário de Filosofia do Direito*, publicado nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 09-05-2006.

>> Confira a entrevista concedida por Alfredo Culleton à **IHU On-Line** edição 160, de 17-10-2005, junto com o historiador Nilton Mullet Pereira, intitulada *Em nome de Deus: um retrato de época*, comentando aspectos do filme apresentado no Ciclo de Estudos Idade Média e Cinema, promovido pelo IHU. Outra entrevista com Culleton pode ser conferida sob o título *A interculturalidade medieval*, na edição 198, de 02-10-2006. Suas contribuições mais recentes à nossa publicação aconteceram

na edição 232, de 20-07-2007, quando, junto com o jurista Vicente Barreto, falou sobre *Ética mundial e Direito: uma contribuição de Hans Küng* e na edição 240, de 22-10-2007 falou sobre *Uma crítica ao idealismo em favor de uma certa autonomia da política*.

>> Confira uma recente entrevista concedida pelo professor Solon Viola à **IHU On-Line** número 257, de 12-05-2008, sobre os movimentos sociais brasileiros.

>> Confira uma entrevista com o professor José Carlos Moreira da Silva Filho sobre a criminalização dos movimentos sociais, publicada na **IHU On-Line** número 266, de 28-07-2008.

Entrevista da Semana

“Cão-de-guarda moral”. A nova Igreja brasileira

Kenneth Serbin avalia as transformações da Igreja ao longo dos anos

POR PATRICIA FACHIN

Sem ter a pretensão de julgar as atitudes da Igreja Católica ao longo dos anos, Kenneth Serbin, Prof. Dr. da Universidade de San Diego, EUA, atua como um observador da história. Em entrevista exclusiva, concedida por telefone à **IHU On-Line**, na semana passada, ele avalia as mudanças ocorridas no clero brasileiro, e discute questões polêmicas, como a obrigatoriedade do celibato e os crescentes abusos sexuais dentro da Igreja.

Entre tantas observações, Serbin ressalta uma mudança no perfil dos padres. Segundo ele, isso está diretamente relacionado às transformações mundiais ocorridas nos anos 90, e ao modelo neoliberal que pouco a pouco também vem se proliferando pela Igreja. Padres idealistas estão sendo substituídos por jovens seminaristas, que “percebem o fiel como um consumidor de religião”, alerta. E afirma ainda que, diferentemente dos veteranos fundadores da Teologia da Libertação, o novo clero “acredita que o trabalho do padre não é ficar todo o tempo ao lado do povo, mas ser um exemplo para ele”.

A opção pelos pobres, assumida com tanta efervescência pelos seguidores libertários, está perdendo a intensidade, alerta o pesquisador. “Não sei se essa opção ainda vai avançar. Pelo menos não nessa linha que existiu nos anos 60. Haverá, cada vez mais, essa visão da religião como bem de consumo. A linha da libertação vai ter de lutar para sobreviver”. A Igreja vive hoje o que Kenneth Serbin chama de “cão-de-guarda moral”, ou seja, ela “não tem mais aquele sentimento informal da época pré-conciliar, nem aquele embate frontal do período de D. Ivo Lorscheiter”. Segundo ele, a Igreja está atuando como uma conselheira, “sem se envolver em questões sociais como antes”.

Ph.D. em História pela Universidade da Califórnia, Serbin está no Brasil, lançando seu novo livro *Padres, celibato e conflito social. Uma história da Igreja Católica no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008). Ele também é autor de *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* (São Paulo: Companhia das Letras: 2001). Entre um compromisso e outro, o brasileiro nos concedeu a entrevista a seguir.

IHU On-Line - Quais são as maiores preocupações dos que optaram por ser padres na Igreja do Brasil? O que eles se propõem fazer como padres?
Kenneth Serbin - O último capítulo do meu livro *Padres, celibato e conflito social. Uma história da Igreja Católica no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008) tem como preocupação discutir os desafios que os padres enfrentam no novo milênio. Além disso, apresenta os dois modelos de padres

que estão sendo cogitados no Brasil. Por um lado, temos um arquétipo que pertence à Teologia da Libertação,¹

¹ **Teologia da Libertação:** escola importante na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Ela surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutierrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A Teologia da Libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema, confira a edição 214 da **IHU On-Line**, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*. (Nota da IHU On-Line)

traçado nos anos 60, momento histórico de muita turbulência, marcado por protestos estudantis, pela guerrilha no Brasil e pelo surgimento de novas culturas. Nesse contexto de mudanças, surgiu um movimento de seminaristas no país, no qual padres e teólogos desenvolveram um papel muito importante.

O Rio Grande do Sul foi o centro desse movimento que se chamava

DIVULGAÇÃO



União dos Seminaristas Maiores do Sul (Usmas).² O grupo preconizou esse modelo de padre mais voltado ao povo, e que, ao invés de morar em grandes seminários como o ex-Seminário Central de São Leopoldo, formado por grandes prédios, optava por ficar em pequenas comunidades. Ele almejava um modelo moderno de formação sacerdotal, ou seja, desejava acompanhar o movimento estudantil, a política, querendo a profissionalização do clero. Os padres, dentro desse modelo, ainda pretendiam ser profissionais: jornalistas, professores, psicólogos, advogados etc. Buscavam, assim, uma maneira de sobreviver independente da Igreja. Como reflexo do movimento dos padres operários na Europa, em 1960, no Brasil muitos sacerdotes foram trabalhar em fábricas. Antes dessa época, eles viviam dos dízimos dos leigos e de benesses das pessoas ricas ou dos ingressos das próprias paróquias ou das dioceses.

Os jovens seminaristas queriam também uma formação integral, ou seja, holística. Em vez de concentrar o seminário na disciplina, propunham uma formação psicológica mais sadia.

Outra grande questão que eles colocaram em pauta nos anos 60 foi a da obrigatoriedade do celibato. Acreditavam que poderiam ter dois tipos de cleros: um celibatário, que não iria casar nem ter filhos; e um outro clero de casados, mas que poderiam exercer todas as funções dos padres. Claro que a Igreja não aceitou essa proposta, e até hoje esse é um ponto controverso na Igreja do Brasil. De qualquer modo, o movimento dos seminaristas criou um modelo libertário de padre que atuou com destaque até os anos 80.

Segundo modelo

Na década de 90, por outro lado, surgiu um modelo de padre mais conservador, como Marcelo Rossi.³ Esse

não enfatiza a relação com o povo, as questões políticas ou sociais. Numa outra perspectiva, estabelece uma ênfase na espiritualidade tradicional, ou seja, fala mais dos santos, das curas que as pessoas obtêm ao rezar e ir à missa, das questões pessoais de família, do comportamento, do casamento. Esse clero acredita que o trabalho do padre não é ficar todo o tempo ao lado do povo, mas ser um exemplo para ele. Embora seja um modelo mais elitista, não quer dizer, de qualquer modo, que esses padres não tenham interesse de manter contato com o povo. Entretanto, eles disseminam suas atividades, sobretudo através da mídia.

**“Os jovens que observei
em meus estudos
percebem o fiel como um
consumidor de religião.
Diferente de hoje, nos
anos 60, ninguém pensava
a religião como bem de
consumo”**

IHU On-Line - Que fatores levaram a essa mudança de postura dos padres dos anos 60 para os 90?

Kenneth Serbin - São muitos fatores, mas a grande questão está relacionada à geração. Os jovens seminaristas dos anos 60 — isso se percebia muito no seminário de Viamão — eram idealistas, ou seja, queriam mudar o mundo. Essa geração nasceu depois da Segunda Guerra Mundial, e viu o Brasil progredir nos anos 50 com a construção de Brasília, a introdução das indústrias automobilística e de bens de consumo. Entretanto, enquanto o Brasil começava a se afirmar como um país capitalista, esses jovens percebiam a pobreza, o crescimento das favelas, a superlotação de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Eles sentiam essas contradições, e queriam que o mundo fosse

mais igualitário. Nesse cenário, foram influenciados pela Revolução Cubana, que questionava o capitalismo e o predomínio dos EUA sobre a América Latina.

Mudança de rumo

Acontecimentos como o fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética tiraram fôlego do movimento libertário e criou-se assim o modelo neoliberal, que visa à eficiência capitalista. Isso influenciou também a atuação na Igreja. Os jovens que observei em meus estudos percebem o fiel como um consumidor de religião. Diferente de hoje, nos anos 60, ninguém pensava a religião como bem de consumo. Acredito que o seminarista jovem, hoje, reconhece que o Brasil virou um grande mercado de religiões. Isso ocorreu porque, entre os anos 70 e 90, houve um crescimento das igrejas neopentecostais, que passaram a competir com as igrejas católicas.

Além disso, o mundo mudou, e nos anos 90 surgiu uma nova geração de jovens que não estava mais ligada no idealismo. Essa é uma geração mais realista, sem grandes ideais, desejos e modelos para mudar o mundo. Hoje, a religião se tornou mais individualista, isto é, perdeu o sentido de coletivo dos anos 60.

IHU On-Line - O que motiva um jovem, hoje, a ser padre católico no Brasil e o que motivava no período pesquisado pelo senhor?

Kenneth Serbin - O que motiva os jovens é a salvação da alma das pessoas. Nesse sentido, os seminaristas voltaram para um modelo pré-anos 60, ou seja, o que chamamos de pré-conciliar.

A Igreja do Concílio Vaticano II⁴ era mais solidária com as questões sociais e deixava de lado a espiritualidade tradicional, focando a salvação das pessoas na terra. Mas os jovens

² **Usmas:** foi um movimento que visava à organização nacional dos seminaristas. Eles pretendiam, através do movimento, formar um sindicato nacional de seminaristas. (Nota do entrevistado)

³ **Marcelo Mendonça Rossi** (1967): formado em Educação física, é sacerdote católico brasileiro que tornou-se um fenômeno de mídia e cultura de massas no final dos anos 90. Ficou muito conhecido pela forma como adota danças e coreografias típicas da Renovação Carismática Católica (RCC) e pela publicidade dos trabalhos (CDs, DVDs, cinema e televisão). (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Concílio Vaticano II:** realizado entre 1962 e 1965, é considerado o maior acontecimento da história da Igreja, do século XX. Durante o Concílio Vaticano II, foram publicados dois documentos. A constituição dogmática *Lumen Gentium*, que foi tema de capa da revista IHU On-Line na edição nº 124, de 22-11-2004, e a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, que foi tema de capa da Revista IHU On-Line, nº 157, de 26-09-2005. (Nota da IHU On-Line).

dos anos 1990 e 2000 não visam mais essa posição. Percebo, assim, uma nova preocupação com o “além desta vida”. Essa geração mais recente está recuperando aspectos do catolicismo que foram deixados de lado e ignorados pelos seminaristas dos anos 60.

IHU On-Line - A Igreja latino-americana e brasileira optou pelos pobres. Esta opção é assumida pelos padres formados nos seminários pesquisados pelo senhor?

Kenneth Serbin - Entre as décadas de 1960 e 1980, a opção pelos pobres era abertamente aceita em muitos seminários do Brasil. Era, inclusive, a mais popular, mas hoje em dia ela está desaparecendo. Ainda existem padres, seminaristas e bispos na Igreja do Brasil que estão a favor dessa opção, mas ela não é mais hegemônica como nas décadas anteriores. No passado, todos os bispos achavam importante reconhecer tal opção, e permitiam que os padres agissem nessa linha.

Entretanto, a corrente libertária da Igreja utilizava os conceitos marxistas para interpretar a realidade brasileira. Mas isso não quer dizer que eles fossem comunistas. De qualquer modo, João Paulo II não gostava do envolvimento dos padres brasileiros com a política e tampouco dos questionamentos realizados por Leonardo Boff,⁵ por exem-

plo, no que se refere às estruturas de poder na Igreja. Começou, então, na década de 80, uma grande pressão do Vaticano para diminuir ou eliminar, no Brasil, essa opção pelos pobres.

No meu livro, relato um embate que ocorreu no Recife, quando fecharam o seminário Serene II (Seminário Regional do Nordeste II), em 1989, por ordem expressa do Vaticano, pois esse seguia a opção pelos pobres e a Teologia da Libertação. Também ordenaram o fechamento do Instituto de Teologia do Recife (ITER). Essas foram grandes perdas para a Igreja do Brasil, na medida em que eram instituições com idéias muito interessantes, contando, inclusive, com teólogas como Ivone Gebara.⁶ Com essas mudanças, a partir dos anos 90 se construiu um perfil diferente de padres. Quando o jovem seminarista procurou o seminário, ele não encontrou mais modelos como Serene II ou ITER.

IHU On-Line - Por que essa pressão do Vaticano para acabar com essa opção pelos pobres?

Kenneth Serbin - Porque João Paulo II, junto com outros elementos conservadores na Igreja do Brasil, tinham medo do comunismo. Devemos lembrar que, nos anos 1960 e 1980, ainda estávamos em plena Guerra Fria. Nesse período, quando o papa veio à América Latina e percebeu que os padres eram engajados, políticos e que tinham simpatia

pelo marxismo, ele ficou horrorizado, pois foi justamente contra esse tipo de pensamento que ele lutava, no Leste Europeu. A Polônia foi dominada pelos soviéticos por décadas. Para ele, esse sistema era totalitário, ateu e anti-católico.

IHU On-Line - Para avançar nessas questões (opção pelos pobres), seria necessária uma reforma na formação dos padres, tornando-os mais atuantes nas comunidades? Como o senhor avalia a formação deles nos seminários?

Kenneth Serbin - Não sei se essa opção pelos pobres ainda vai avançar. Pelo menos não nessa linha que existiu nos anos 60. Haverá, cada vez mais, essa visão da religião como bem de consumo. A linha da libertação terá de lutar para sobreviver. Com esse papado, não ocorrerão reformas, questões sociais e políticas não terão grande abertura, pois ele dá continuidade ao mandato de João Paulo II. Bento XVI⁷ tem olhos alemães e observa o mundo dessa forma. Quando ele esteve no Brasil, se sentiu como um peixe fora d'água. O papa João Paulo II era um pastor, enquanto Ratzinger é um intelectual. Por isso, é difícil para o povo brasileiro se sentir empolgado com esse tipo de papa. Penso que a população brasileira não vai à Igreja para ouvir grandes discursos, e sim para sentir Deus no coração.

Esse impulso de reforma na formação dos padres deve vir dos dois lados. A Igreja do Brasil terá de se auto-afirmar, como continua fazendo. Mesmo apresentando uma posição mais tradicional, enfatizando menos a opção pelos pobres, a Igreja brasileira ainda sente o desejo de independência. Esse sentimento persiste desde a época do **padre Feijó**,⁸ que propunha uma Igreja

⁷ **Joseph Ratzinger**: teólogo alemão, atualmente Papa Bento XVI, foi escolhido pontífice em 19 de abril de 2005, sucedendo a João Paulo II. Anteriormente, era o Cardeal Joseph Ratzinger. Autor de uma vasta e importante obra teológica. (Nota da IHU On-Line)

⁸ **Diogo Antônio Feijó** (1784-1843): sacerdote católico e estadista brasileiro, também conhecido como padre Feijó ou Regente Feijó, foi um dos fundadores do Partido Liberal. Atuou como sacerdote em Santana de Parnaíba, Guaratinguetá e Campinas. Também foi professor de História, Geografia e Francês. Como político, foi deputado por São Paulo (1826-1830), senador (1933), ministro da Justiça (1831-1832) e regente do Império (1835-1837). (Nota

⁵ **Leonardo Boff** (1938): teólogo brasileiro, da ordem dos franciscanos. Foi um dos criadores da Teologia da Libertação e, em 1984, em razão de suas teses a ela ligadas e apresentadas no livro *Igreja: carisma e poder - ensaios de eclesiologia militante* (3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982), foi submetido a um processo no Vaticano. Em 1985, foi condenado a um ano de “silêncio obsequioso” e deposto de todas as suas funções. Dada a pressão mundial sobre o Vaticano, retornou a elas em 1986. Em 1992, sendo outra vez pressionado com novo “silêncio obsequioso” pelas autoridades de Roma, renunciou às suas atividades de padre. Continuou como teólogo da libertação, escritor e assessor das comunidades eclesiais de base e de movimentos sociais. Desde 1993, é professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É autor de mais de 60 livros nas áreas de teologia, espiritualidade, filosofia, antropologia e mística. Boff escreveu um depoimento sobre as razões que ainda lhe motivam a ser cristão, publicado na edição especial de Natal da IHU On-Line, número 209, de 18-12-2006, e concedeu uma entrevista sobre a Teologia da Libertação na IHU On-Line número 214, de 02-04-2007. Sua contribuição mais recente à nossa revista aconteceu na edição 238, de 01-10-2007, intitulada *Francisco. O santo*, com a

entrevista “A ecologia exterior e a ecologia interior. Francisco, uma síntese feliz”. (Nota da IHU On-Line)

⁶ **Ivone Gebara** (1944): doutora em filosofia com uma tese sobre Paul Ricoeur. Ingressou na Congregação das Irmãs de Nossa Senhora, em 1967. Estudou Teologia. Em 1973 se transferiu para Recife. Durante 17 anos foi professora de Teologia e Filosofia no Instituto Teológico de Recife — ITER, fechado em 1989 pelo Vaticano. Assessora de grupos populares, especialmente de mulheres, é professora visitante em diferentes universidades e centros de aprendizado no Brasil e no exterior. Escritora de livros e artigos de filosofia e teologia na perspectiva feminista da libertação, dentro os quais destacamos: *Teologia Ecofeminista* (São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1988) e *Longing for Running Waters* (Minneapolis: Fortress Press, 1999). Ivone Gebara contribui na edição 219 da IHU On-Line, intitulada *O aborto em debate*, de 14-05-2007, na qual concedeu a entrevista “Em defesa da legalização e da descriminalização do aborto” e na edição número 210, de 05-03-2007, com a entrevista “A crise do masculino se situa na falta de sua nova identidade”. (Nota da IHU On-Line)

“As diferenças ideológicas dentro do Congresso Nacional, hoje, são muito menores do que no passado. Ou seja, a polarização política, que existia no Brasil nos anos 1960 e levou ao golpe militar de 1964, acabou”

na qual os sacerdotes poderiam casar, não precisassem usar batina e pudessem ajudar o povo a melhorar com a agricultura. A Igreja da Libertação pretendia a mesma coisa: autonomia e um modelo brasileiro de formação. Por isso, no Brasil, os padres vivem uma grande tensão com o Vaticano. Eles nascem em terras brasileiras, mas devem obediência ao bispo e ao papa. Nesse sentido, vivem divididos entre a fidelidade à Igreja e ao povo brasileiro, e se questionam: “Como padre, vou acatar o que meu coração brasileiro diz, ou o que ordena o papa, no Vaticano?”. Independente dessas dificuldades, penso que a Igreja brasileira ainda terá vertentes nacionalistas. Surgiram novos movimentos e desejos de expressar um modelo brasileiro de ser Igreja.

IHU On-Line - A religião como bens de consumo é uma tendência mundial?

Kenneth Serbin - Sim. Tudo na vida está virando bem de consumo. Infelizmente, a religião também está seguindo esse caminho. O desafio das religiões é recuperar os valores tradicionais e, nesse sentido, eu concordo com qualquer católico ou mesmo com o papa, que quer recuperar os valores tradicionais. Quando digo isso, me refiro aos valores da religião: como tratamos o nosso próximo, nossos vizinhos na América Latina, por exemplo. Precisamos prestar mais atenção nas questões éticas e morais, e a religião precisa recuperar esses traços.

IHU On-Line - O senhor disse recentemente, numa entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, que a tendência geral da Igreja no Brasil é de agir com muita cautela nas questões sociais. A que se deve essa postura?

da IHU On-Line)

Kenneth Serbin - Isso acontece porque o mundo, o perfil da sociedade e a política brasileira mudaram. No Brasil, atualmente, existe o que chamamos de convergência política. Vinte anos atrás, quando Lula era candidato à presidência, líderes da Igreja progressista, como Leonardo Boff e Frei Betto pediam votos para ele, e o apoiavam publicamente. Havia uma sintonia entre a Igreja libertária e o PT. Hoje, ela não existe mais. Lula tem como grande aliado o Partido Liberal (PL), que é um reduto da Igreja Universal do Reino de Deus⁹. Isso demonstra que o terreno político no Brasil mudou. As diferenças ideológicas dentro do Congresso Nacional, hoje, são muito menores do que no passado. Ou seja, a polarização política, que existia no Brasil nos anos 1960 e levou ao golpe militar de 1964, acabou. Hoje, Lula se entende com Collor,¹⁰ com a Direita e a com a Igreja Universal. Agora, a Igreja está num contexto onde não há mais polarização, não há mais Guerra Fria. Nesse sentido, observo que ela age com mais cautela, justamente devido a essas mudanças na política.

⁹ Igreja Universal do Reino de Deus: sobre ela, confira os *Cadernos IHU Idéias* número 36, publicado pelo IHU, de autoria de Airton Luiz Jungblut, intitulado *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica*. Esse número está disponível no sítio www.unisinos.br/ihu (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Fernando Collor de Mello: empresário e político brasileiro, atualmente filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Foi o primeiro presidente da República eleito por voto direto após o Regime Militar, em 1989, pelo período de 1990 e 1992. O governo foi marcado pela implementação do Plano Collor, pela abertura do mercado nacional às importações e pelo início do Programa Nacional de Desestatização. Renunciou ao cargo na tentativa de evitar um processo de impeachment fundamentado em acusações de corrupção. Teve seus direitos cassados por oito anos por determinação do Senado Federal, e só foi eleito novamente para cargo público em 2006, tomando posse como senador por Alagoas em 2007. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - O fato de Lula ter participado de movimentos sociais católicos na juventude deveria influenciar na sua posição frente as questões sociais, atualmente?

Kenneth Serbin - Muitos achavam que, a partir de 2003, seria o momento de o movimento popular no Brasil se afirmar na política. Mas aconteceu o contrário. As relações entre Lula e a Igreja progressista são menos calorosas. O grande eleitorado do presidente são os despossuídos, aqueles que vivem do Bolsa Família, e que por teoria não tinham muita participação na Igreja progressista da época. Aliás, essa foi uma das falhas da Igreja: ela deveria ter atraído mais militantes pobres. Esses, ao contrário, foram para a Igreja Universal do Reino de Deus, para as neopentecostais. Por isso, percebemos hoje não só Lula mas muitos políticos brasileiros participando de comícios com as igrejas evangélicas. Eles sabem que o voto do povo não está só na Igreja Católica.

IHU On-Line - O senhor pesquisou a gestão da presidência de D. Aloísio Lorscheider e de D. Ivo Lorscheiter na CNBB, durante a Ditadura Militar. Como analisa a longa direção de D. Luciano Mendes de Almeida na CNBB? Quais são as continuidades e as descontinuidades destas gestões com as posteriores?

Kenneth Serbin - D. Aloísio Lorscheider esteve na direção da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) entre os anos 1970 e 1978. Em seguida, assumiu D. Ivo Lorscheiter, que permaneceu até 1986. Ambos estiveram à frente da instituição no período em que a Igreja enfrentou as maiores dificuldades de relacionamento com o governo. Além disso, precisavam lidar com problemas ligados a violação dos direitos humanos e à falta de democracia no país. Entretanto, nas reuniões secretas entre o Regime Militar e os bispos, os irmãos Lorscheiter agiam de maneira diferente. Enquanto D. Aloísio Lorscheider estava disposto a estabelecer um diálogo, D. Ivo Lorscheiter apresentava um posicionamento mais rígido, criticava a falta de liberdade e a política socioeconômica da época.

Nesse período, a Igreja foi uma das poucas instituições que conseguiu se manifestar livremente. Ela representava — como dizia D. Hélder Câmara¹¹ — “a voz dos que não tinham voz”.

Com a volta da democracia em 1985, e depois com as eleições de 1986, a Igreja não precisou mais “falar em nome dos oprimidos”, pois se instituiu a liberdade de expressão no país, abrindo espaço para o surgimento de novos movimentos sociais e sindicatos, que passaram a desempenhar um papel significativo na área dos direitos humanos, por exemplo.

Com a democracia instituída, o sucessor da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida¹², que permaneceu na presidência por oito anos, atuou num contexto totalmente diferente. Na gestão dele, ocorreu o impeachment do presidente Collor, eleito em 1989. Nesse momento, as preocupações da Igreja

estavam centradas no debate da ética na política e na vida pública. Com a posse dele, ficou clara a volta de uma Igreja mais conservadora, sob o papado de João Paulo II.

Continuidades

Depois da gestão de D. Luciano Mendes de Almeida, a Igreja passou a apresentar uma atitude, a qual chamo de “cão-de-guarda moral”, ou seja, ela não tem mais aquele sentimento informal da época pré-conciliar (antes do Concílio do Vaticano II), que mantinha com Getúlio Vargas¹³ e Juscelino Kubitschek,¹⁴ nem aquele embate frontal do período de D. Ivo Lorscheiter. Agora, ela continua com suas posições morais, mas denuncia o que considera imoral na sociedade brasileira, como a falta de políticas sociais adequadas. Ela atua mais no sentido de aconselhar, advertir, ou seja, simplesmente chama a atenção para os fatos. Desse modo, ela não se envolve mais nas questões sociais como antes.

IHU On-Line - O último Encontro Nacional de Presbíteros solicitou que a Igreja revisse a lei do celibato, tornando-o opcional. A CNBB não encaminhou o pedido ao Vaticano. Como explicar tanta resistência da Igreja a mudanças no que diz respeito ao celibato? O que uma mudança de posicionamento por parte da Igreja poderia representar para a comunidade católica?

Kenneth Serbin - A discussão do celi-

13 Getúlio Vargas (1882-1954): ex-presidente da República. Sobre ele, a revista IHU On-Line publicou os seguintes materiais: edição 111, de 16 de agosto de 2004, intitulada *A Era Vargas em Questão — 1954-2004*, e a edição 112, de 23 de agosto de 2004, chamada *Getúlio*. Confira também o texto do Prof. Dr. Juremir Machado da Silva, da PUCRS, publicado no número 30 dos *Cadernos IHU Ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*. Vale destacar o *Cadernos IHU em formação* número 1, publicado pelo IHU em 2004 e intitulado *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*. As versões eletrônicas encontram-se disponíveis no site www.unisinos.br/ihu. (Nota da IHU On-Line)

14 Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Sobre JK, confira a edição 166, de 28 de novembro de 2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível para *download* na página do IHU www.unisinos.br/ihu. (Nota da IHU On-Line)

bato sempre esteve presente na história do Brasil. Essa é uma questão política de interesse nacional. Na época do padre Feijó, o tema foi debatido na Assembléia Nacional. Nos anos 1960, o assunto foi tratado entre seminaristas e bispos, os quais reconheciam a necessidade de mudança. Mas a contestação foi barrada e proibida pelo papa Paulo VI.¹⁵ Ou seja, o Concílio Vaticano II foi a maior reforma nos dois milênios da história da Igreja, e ainda assim, não tocou nessa questão. Pelo contrário, Paulo VI reafirmou o celibato como obrigação dos padres. Isso foi uma tragédia para a Igreja do Brasil, porque ela perdeu, entre os anos 1965 e 1980, mais ou menos três mil padres.

Uma vida paralela

No Brasil, muitos padres, embora continuassem exercendo o sacerdócio, constituíram família; e acredito que essa continua sendo uma prática nos dias atuais. Esses homens sofrem muito, e por isso mantêm relacionamentos paralelos. Em *Um espinho na carne. Má conduta e abuso sexual por parte de clérigos da Igreja Católica do Brasil* (Santuário, 2002), o padre norte-americano Gino Nasini, que atua no Brasil há anos, mostra que muitos sacerdotes ainda mantêm relações com mulheres. Isso acontece porque eles nunca aceitaram o celibato. Do mesmo modo, os leigos nunca se importaram com essas questões. Essa era uma preocupação dos bispos, e foi uma das causas que motivaram a instalação de seminários no Brasil. Até a época do padre Feijó, existiam poucos seminários no país e a formação seminarística era fraquíssima. A Igreja investiu nesses colégios justamente para implantar o celibato. Lá, isolavam meninos de oito e nove anos, os quais não podiam ter contato com as mães e outras mulheres. Só visitavam a família em ocasiões especiais. Por que tudo isso? Para formar padres celibatários.

Divisão na Igreja

Em 2003, um estudo realizado pelo *Ceris (Centro de Estatística Religiosa e* 15 Paulo VI (1897-1978): Giovanni Battista Montini foi papa da Igreja Católica entre 1963 e 1978. Chefou a Igreja Católica durante a maior parte do Concílio Vaticano II e foi decisivo na colocação em prática das suas decisões. (Nota da IHU On-Line)

11 Dom Hélder Câmara (1909-1999): arcebispo lembrado na história da Igreja Católica no Brasil e no mundo, como um grande defensor da paz e da justiça. Foi ordenado sacerdote aos 22 anos de idade, em 1931. Aos 55 anos, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Assumiu a Arquidiocese em 12 de março de 1964, permanecendo neste cargo durante 20 anos. Na época em que tomou posse como arcebispo em Pernambuco, o Brasil encontrava-se em pleno domínio da Ditadura Militar. Momento político este que o tornou um líder contra o autoritarismo e os abusos aos direitos humanos, praticados pelos militares. Paralelamente às atividades religiosas, criou projetos e organizações pastorais, destinadas a atender às comunidades do Nordeste, que viviam em situação de miséria. Dedicamos a editoria Memória da IHU On-Line número 125, de 29-11-2005, a Dom Hélder Câmara, publicando o artigo *Hélder Câmara: cartas do Concílio*. Na edição 157, de 26-09-2005, publicamos a entrevista “O Concílio, Dom Helder e a Igreja no Brasil”, realizada com Ernanne Pinheiro. Confira, ainda, a editoria Filme da Semana da edição 227 da IHU On-Line, 09-06-2007, que comenta o documentário *Dom Hélder Câmara — O santo rebelde*. (Nota da IHU On-Line)

12 Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006): padre jesuíta, arcebispo de Mariana, e ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dele, a IHU On-Line publicou uma entrevista na 24ª edição, de 01-07-2002, por ocasião de sua participação no Simpósio Nacional Bem Comum e Solidariedade, promovido pelo IHU em junho de 2002, um artigo na 85ª edição, de 24-11-2003, e outro artigo na 95ª edição, de 5-04-2004. Por ocasião de seu falecimento, em 27-08-2006, o site do IHU (www.unisinos.br/ihu), ofereceu ampla repercussão sobre sua vida e trajetória. Para conferir detalhes, acesse as *Notícias do Dia* de 28-08-2006. Em 03-09-2007, publicamos uma entrevista especial com Dom Pedro Luiz Stringhini, intitulada “O leilão da Vale não foi ético”, dizia D. Luciano Mendes de Almeida”. (Nota da IHU On-Line)

Investigações Sociais), órgão da CNBB, mostrou que 42% dos padres querem que o celibato seja opcional, ou seja, quase metade dos sacerdotes. Só que o papa e a Igreja não aceitam esse debate.

Os bispos reivindicavam essa mudança, porque percebiam que estavam perdendo sacerdotes. Além disso, os católicos são somente 73% da população, e a cada ano está diminuindo a proporção católica na sociedade brasileira. Não bastasse isso, as igrejas neopetencostais estão construindo mais templos, formando pastores em menos tempo e liberando-os para casar. Em contrapartida, na Igreja Católica a proporção de padres disponíveis para atender a população é muito desigual. São mais de 10 mil fiéis para cada padre. Como a Igreja vai dar atenção a essas pessoas se não existem mais padres? Se permitissem o casamento dos sacerdotes, acredito que surgiriam mais vocações na Igreja brasileira. A comunidade católica iria se beneficiar dessa questão, pois, além de permitir a volta dos padres casados, iria regularizar a situação dos que vivem, segundo a Igreja, em pecado.

IHU On-Line - No livro *Padres, celibato e conflito social. Uma história da Igreja Católica no Brasil*, o senhor afirma que desde os anos 30 padres cometiam abuso sexual e não eram punidos. O senhor acredita que os bispos continuam ignorando essa realidade? Por que é tão difícil para a Igreja se posicionar rigidamente diante desses acontecimentos?

Kenneth Serbin - Sim. Eles continuam ignorando a realidade e colocando o lixo embaixo do tapete. Nasini constatou que 10% dos padres brasileiros cometem abusos sexuais. Ele inclui, nesse estudo, padres que mantêm relacionamentos com mulheres. Discordo dele nesse sentido, porque penso que esses sacerdotes não praticam abuso sexual. Nesse caso específico, ambos (o padre e sua companheira) vivem um relacionamento difícil, proibido, pois a Igreja não permite a união.

De qualquer modo, sabemos que é relevante o número de sacerdotes abusando de crianças, mulheres e homens. Entretanto, quantos bispos questionam isso? Quantas pesquisas existem sobre esse fato? E as puni-

“A Igreja precisa recuperar esse espírito do Concílio, valorizar o diálogo com outras crenças, filosofias, e aprender que o mundo é plural. O problema da Igreja na América Latina é que ela sempre foi um monopólio. Hoje isso está mudando, pois o continente está mais democrático e pluralista”

ções? As penalidades que conheço são realizadas pela justiça. Raramente sai uma notícia no jornal mostrando, por exemplo, que um padre foi processado por abusar uma criança.

Exemplo americano

Quando foram noticiados casos de abuso sexual nos EUA, o Vaticano disse que eles eram um problema local. A mídia americana, como sempre, não pesquisou a situação em outros países. Mas, ao tomar conhecimento dessas práticas, a Igreja norte-americana criou uma comissão especial, instituiu regras novas, fez uma devassa em toda a Igreja para acabar com aquele tipo de comportamento. A Igreja do Brasil ainda não enfrentou essa questão. A imprensa brasileira não está interessada em pesquisar o assunto, e a sociedade é tolerante com esse tipo de problema.

Claro que isso não acontece apenas no Brasil. Desde os anos 1930, nos EUA, por exemplo, quando um padre abusava sexualmente de alguém, e era descoberto pelo bispo, simplesmente era transferido, sem receber qualquer punição. Tampouco era excomungado.

No meu livro, relato o caso de um pa-

dre que abusava de seminaristas, e, ao ser descoberto, foi transferido para trabalhar com crianças. Isso é uma hipocrisia muito grande. Então, como se pode perceber, a Igreja do Brasil passa pela mesma crise moral que passou a Igreja dos EUA. A responsabilidade de mudar essa realidade cabe não só aos padres brasileiros, mas também ao papa.

IHU On-Line - Há semelhanças entre a Igreja Católica do Brasil e dos EUA? Em quê? Quais são as principais diferenças entre elas?

Kenneth Serbin - A Igreja nos EUA sempre foi minoritária, e nunca teve uma concordata moral como ocorreu no Brasil. A Igreja brasileira era quase um outro Estado, pois ela sempre teve o poder político, econômico e moral, ou seja, representava um poder paralelo, enquanto a Igreja norte-americana sempre viveu uma situação de pluralismo. Só agora a Igreja brasileira começa a enfrentar a realidade do mundo moderno, ou seja, a perceber que na sociedade existem outras fés, igrejas, crenças e maneiras de ver o mundo. Muitos integrantes da Igreja brasileira, inclusive os progressistas, não queriam diálogo, e tampouco pretendiam reconhecer o crescimento de outras religiões. Somente agora estão refletindo sobre isso. Ou seja, demorou muito para se chegar a esse ponto.

IHU On-Line - Quais as principais deficiências da Igreja brasileira, hoje?

Kenneth Serbin - A falta de compromisso com o espírito do Concílio do Vaticano II. O Brasil foi um dos países que mais aderiu a esse espírito inovador. Hoje, a posição assumida naquela época está muito fraca. A Igreja recua de muitos desafios. Já avançamos no que diz respeito à participação das mulheres na Igreja, mas poderíamos prosperar mais nesse sentido.

No atual estado do mundo, o debate sobre o aborto também deve ganhar mais destaque. Não digo que a Igreja deva abrir mão de seu ensinamento moral sobre o tema, mas essa é uma questão de saúde pública. Existem tantas mulheres se automedicando, realizando abortos em clínicas clandestinas, isto é, há muito sofrimento nesse sentido. Essas ações mostram como a Igreja,

a imprensa e a sociedade brasileira não valorizam a posição da mulher. Tenho certeza que, se os homens pudessem ficar “grávidos”, o aborto seria legalizado. A sociedade precisa valorizar mais a experiência da mulher. A Igreja brasileira poderia desenvolver um papel profético nesse sentido, poderia acolher essas pessoas e ajudá-las, ao invés de simplesmente impor uma norma dizendo que aborto é pecado. A vida é mais complexa do que isso.

IHU On-Line - O senhor diz que “somente olhando para o passado é que a Igreja vai se preparar para o futuro”. Nesse sentido, que aspectos devem ser resgatados para projetar um futuro melhor para a Igreja? Que futuro podemos esperar para a Igreja nos próximos anos, especialmente na América Latina e no Brasil?

Kenneth Serbin - A Igreja precisa recuperar esse espírito do Concílio, valorizar o diálogo com outras crenças, filosofias, e aprender que o mundo é plural. O problema da Igreja na América Latina é que ela sempre foi um monopólio. Hoje isso está mudando, pois o continente está mais democrático e pluralista. A Igreja tem de se adaptar a essa situação. Temo que, se ela não recuperar esses aspectos, poderá cair na irrelevância. Além disso, a Igreja deve valorizar mais a cultura brasileira e seu povo. A própria América Latina vive uma sensação de inferioridade. A Usmas, nesse sentido, queria valorizar o país e o que é brasileiro na tradição católica, construindo uma formação genuinamente nacional. Esse é o desafio.

LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por Serbin à IHU On-Line, e artigos publicados nas Notícias do Dia. O material está na nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu.

Entrevista:

* *Dom Ivo Lorscheiter morreu. Ele foi um gigante da esperança.* Entrevista especial com Irmã Lourdes Dill e Kenneth Serbin, de 05-03-2007, publicada nas *Notícias do Dia*.

Artigos:

* *CF 2007 - Um documento que recupera o ativismo do catolicismo libertário*, de 25-02-2007;

* *Concordata. Quando o Estado disse amém*, de 13-05-2007;

* *Os bastidores de uma paróquia nos EUA. Uma religião patriótica que não criará revoluções*, de 20-04-2008.

O Dom Quixote da fé cristã

Regina Schöpke fala sobre a obra que é relançada no Brasil 100 anos após a publicação da primeira edição

POR GRAZIELA WOLFART

A pesar de se tratar de uma obra de cunho doutrinário, Regina Schöpke vê como mérito de Gilbert Keith Chesterton, no livro *Ortodoxia* (São Paulo: Mundo Cristão, 2008), o fato de “ter idéias próprias e, sobretudo, convidar a todos para um diálogo franco e aberto, ainda que ele não possa fugir completamente de um certo dogmatismo”. Ela ainda ressalta a disposição do autor para combater o materialismo e a ciência, “num tempo em que poucos tinham coragem para isso”. Segundo ela, “nesse combate, suas armas são as idéias, o que também deve servir de exemplo para os nossos contemporâneos, numa sociedade em que renascem certos fanatismos sanguinários que costumamos julgar um vestígio sombrio do nosso passado”. Regina lembra também que, para Chesterton, “a alegria é a expressão mais viva de uma fé autêntica e incondicional, que se baseia na certeza de um sentido para a sua existência e para a do mundo”.

Regina Helena Sarpa Schöpke é doutora em Filosofia, pela Unicamp, mestre em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e em História Medieval, pela Universidade Federal Fluminense. É tradutora, resenhista dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* e autora do livro *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade* (São Paulo: Edusp/Rio de Janeiro: Contraponto, 2004).

IHU On-Line - Qual o interesse em publicar *Ortodoxia*, 100 anos depois do lançamento da obra? Qual a atualidade do livro?

Regina Schöpke - Primeiramente, é preciso que se diga que os bons livros são sempre atuais, e os maus livros já nascem “mortos”. A força da arte e da filosofia reside justamente no fato de que, embora criadas, elas entram numa espécie de devir eterno, podendo ser atualizadas em qualquer tempo e lugar. Nenhuma pessoa com amor pelo conhecimento questionaria a publicação de uma obra de Platão ou de Aristóteles e, no entanto, quase 2.500 anos nos separam deles. Com relação à *Ortodoxia*, a questão não é muito diferente. Trata-se de um livro original, concordemos ou não com as idéias de Chesterton, sejamos ou não cristãos. No fundo, o maior problema das obras de teor religioso ou político, das obras doutrinárias de um

modo geral, é que elas são extremamente dogmáticas e se fecham para a reflexão mais ampla. O mérito de Chesterton, nesse caso, é ter idéias próprias e, sobretudo, convidar a todos para um diálogo franco e aberto, ainda que ele não possa fugir completamente de um certo dogmatismo. Afinal, a despeito de todo o seu humor e leveza, ele também acredita (como todo espírito religioso) ter atingido uma verdade que exclui todas as outras alternativas. Ele é um homem de fé, antes de qualquer outra coisa. Não deixa, no entanto, de ser digna de admiração a sua disposição para combater o materialismo e a ciência, num tempo em que poucos tinham coragem para isso. Nesse combate, suas armas são as idéias, o que também deve servir de exemplo para os nossos contemporâneos, numa sociedade em que renascem certos fanatismos sanguinários que costumamos julgar um vestígio

sombrio do nosso passado.

IHU On-Line - Em que consiste a tese de Chesterton de que “só no cristianismo há liberdade” e de que o cristianismo era “a única saída autêntica” para os problemas da modernidade?

Regina Schöpke - Chesterton nunca escondeu seu horror ao ateísmo, às diversas formas de materialismo e a todos os modernos sistemas de pensamento que prescindiam da idéia de Deus: o positivismo e o determinismo científico, o darwinismo, o marxismo, e até mesmo o capitalismo. Apesar do próprio Chesterton ter passado por uma crise religiosa, ter vivido uma fase cética, ele – como um bom filho pródigo – assume a defesa integral de uma religião que é, para ele, o único e verdadeiro exemplo de liberdade em nosso mundo. De fato, a tese cristã é que o homem é essencialmente livre, capaz de escolher seus caminhos e tomar decisões sobre a sua vida – o que pensadores como Schopenhauer¹, Nietzsche² e Holbach³ (para citar

“A tese cristã é que o homem é essencialmente livre, capaz de escolher seus caminhos e tomar decisões sobre a sua vida”

apenas três) negam com veemência, mostrando que a vontade é sempre determinada por alguma coisa (valores, necessidades, idéias), ou seja, mostrando que a liberdade humana é mais uma das ficções que nós criamos. No entanto, para Chesterton, idéias como essas envenenariam o homem, pois não lhe dariam qualquer saída para a sua vida. É aí que entra a sua crítica profunda à razão – que ele, no entanto, não deixa de usar para construir seu próprio edifício teórico. Ele julga a razão arrogante e pretensiosa quando ela pensa poder se sustentar sem Deus. Para ele, o cinismo do seu tempo tem origem exatamente na fé exacerbada na “luz natural” (e, aqui, ele se volta contra os iluministas, para os quais a razão está acima de qualquer outra coisa). Para Chesterton, é por enaltecer demais os poderes da razão que o homem termina por se colocar no lugar da divindade, a se pensar acima de todas as coisas. Ele entende que é isso que leva a um esvaziamento do sentido da vida, fazendo a humanidade sentir-se perdida e solitária, sem vínculos entre si e com o resto do universo. Não nos cabe aqui, por uma questão de espaço, fazer uma crítica profunda deste pensamento, mas é claro que Chesterton busca justificar a fé também com argumentos racionais. Nesse sentido, sua posição se aproxima da de Voltaire,⁴ que, embora seja um dos maiores iluministas, acredita que sem a fé em Deus o homem (e a própria ordem social) desmoronaria e se perderia. Essa não deixa de ser uma

perspectiva pragmática e sociológica da fé, porque o que ele quer dizer, no fundo, é que a fé (e mais ainda, a cristã) é, antes de qualquer outra coisa, uma necessidade social, uma diretriz para a boa convivência entre os homens.

IHU On-Line - Como justificar a importância do cristianismo hoje, em nossa sociedade marcada pela secularização? O livro de Chesterton ajuda nesse sentido?

Regina Schöpke - A religião continua viva, apesar de todo o materialismo do mundo em que vivemos, e a razão disso se encontra no fato de que a humanidade continua à espera de uma salvação externa, transcendente, de algo que dê alívio aos seus sofrimentos e exorcize os seus fantasmas. O homem transferiu essa esperança primeiramente para a política e mais tarde para a ciência, mas nada disso pode realmente corresponder às suas expectativas. É claro que, em termos políticos, a Igreja Católica já não tem a mesma força que tinha na Idade Média, mas a religião é uma questão de fé e não de atualidade. É claro que o nosso tempo, em comparação com os séculos passados, é extremamente cético e materialista, mas nem por isso a necessidade do maravilhoso, do transcendente, deixou de ser forte no ser humano. Quanto ao papel do livro de Chesterton, creio que ele pode reforçar a fé dos crentes e até mesmo direcionar o misticismo difuso de alguns indecisos, mas certamente não conseguirá ser uma trombeta de Josué, ou seja, não pode convencer senão aos que já estão propensos ou em dúvida. Mas isso, no fundo, ocorre com qualquer idéia.

IHU On-Line - Como entender a defesa da fé cristã feita por Chesterton no contexto histórico de sua época, início do século XX, na Europa?

Regina Schöpke - Depois de um período de pleno poder, que se estendeu até o fim da Idade Média, a Igreja foi perdendo a sua hegemonia, especialmente com a expansão do ensino laico e com a Reforma. Nos séculos XVII e XVIII, muitos filósofos contestavam as bases da fé cristã, que não resistiam a um

1 Arthur Schopenhauer (1788-1860): filósofo alemão que introduziu o budismo e a filosofia indiana na metafísica alemã. Ficou conhecido por seu pessimismo e entendia o budismo como uma confirmação dessa visão. (Nota da IHU On-Line)

2 Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras, figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10 de abril de 2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada “Nietzsche e Paulo”. A edição 15 do Cadernos IHU em formação é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*. (Nota da IHU On-Line)

3 Paul Henri Thiery (Barão de Holbach - 1723-1789): ateuista alemão, determinista e materialista. Considerava o universo como um sistema complexo, organizado através das leis de causa e efeito. Expressou em suas obras idéias radicais e defendia que o ateísmo era um pré-requisito para qualquer teoria ética válida. Sobre a religião, ele dizia que ela estava baseada em dogmas e rituais inúteis e sem sentido. Seu livro mais famoso foi *O sistema da natureza* (1770). (Nota da IHU On-Line)

4 Voltaire (1694-1778): pseudônimo de François-Marie Arouet, poeta, ensaísta, dramaturgo, filósofo e historiador iluminista francês. Uma de suas obras mais conhecidas é o Dicionário Filosófico, escrito em 1764. (Nota da IHU On-Line)

exame crítico isento. Com a Revolução Francesa, a Igreja viu-se reduzida a uma instituição entre outras, perdendo muito do seu poder e prestígio. No século XIX, essa decadência atingiu o seu ponto máximo, com a ciência assumindo o papel da Igreja como produtora de verdades e de valores, como a grande redentora da humanidade. No início do século XX, época da publicação de *Ortodoxia*, o mundo vivia uma espécie de êxtase materialista, que só a Grande Guerra iria desfazer. Para um homem de fé, essa situação era angustiante e intolerável. Chesterton, com uma coragem comovente, assume o papel de defensor de uma causa aparentemente perdida. Expõe-se diante de seus inimigos de uma maneira que não é nem um pouco estranha ao cristianismo original. É por isso que o pensamos como um Dom Quixote da fé cristã. A diferença entre Chesterton e muitos intelectuais cristãos é que ele teve coragem de fazer abertamente a defesa da sua fé. É nisso que consiste a sua originalidade.

IHU On-Line - Quais as bases que alicerçam a ardorosa fé de Chesterton?

Regina Schöpke - No fundo, a fé ardorosa já é a sua própria base, sustenta a si mesma, ainda que isso soe como um terrível círculo vicioso. É verdade que o próprio Chesterton enumera mil razões para ser cristão, mas todas elas implicam numa fé *a priori* na verdade dessas proposições. Num certo sentido, Chesterton é um cristão muito pouco convencional, embora defenda os dogmas tradicionais. Isso quer dizer que ele não é prisioneiro de uma religião institucional que, ao contrário do que dizem os seus dirigentes, está submetida às mudanças que afetam toda a sociedade. Num mundo materialista, capitalista e cientificista, mesmo os religiosos parecem precisar cada vez mais de motivos palpáveis para crer, de provas da divindade do seu Deus (até mesmo de provas científicas). Chesterton tem fé e não precisa de nada mais, eis o ponto.

IHU On-Line - Como Chesterton lidava com os paradoxos da doutrina cristã?

Regina Schöpke - De certa forma,

“Para Chesterton, é por enaltecer demais os poderes da razão que o homem termina por se colocar no lugar da divindade, a se pensar acima de todas as coisas”

pode-se dizer que — do ponto de vista da fé — não existem exatamente paradoxos, mas apenas mistérios que o homem não consegue desvendar. Porém, para justificar-se pela via da razão (que é a sua arena de combate), é inevitável que Chesterton procure harmonizar o irreconciliável, juntar peças que não se encaixam de modo algum. Aliás, o cristianismo (não enquanto fé, mas como religião institucional romana), sempre tendeu para o que podemos chamar de “racionalização da fé” (e, é claro, que isso diz respeito à herança grego-romana que, juntamente com o judaísmo, ajudou a formar o espírito cristão). Se, na Idade Média, muitos teólogos chegaram a ser acusados de heréticos por conta disso, a verdade é que a originalidade do cristianismo, sobretudo do catolicismo, está nesse diálogo (sempre perigoso) que ele procurou manter com a razão. No fundo, esta é uma das causas da sua força e também da sua fraqueza (pelo menos, enquanto crença). Chesterton reconhecia os paradoxos de sua doutrina, mas chamava a atenção para o fato de que o paradoxo não é uma contradição, é apenas uma aporia, é algo sem resposta, sem saída. Seja como for, para Chesterton, esses paradoxos apenas expressam as tensões e os contrastes da vida e da própria razão. Contrastes que, segundo ele, só a doutrina cristã consegue conciliar e harmonizar, mesmo porque, das três religiões monoteístas, apenas no cristianismo Deus é espírito, mas também é homem.

IHU On-Line - Quais são as diferenças entre o cristianismo de Chesterton e o cristianismo que se institucionalizou?

Regina Schöpke - Do mesmo modo como se pode alegar que o Deus guerreiro e vingativo do Velho Testamento não é compatível com o Deus amoroso e tolerante do Novo Testamento, podemos dizer que o Cristo dos Evangelhos não se encontra no Catolicismo Romano. A mensagem de humildade e fraternidade de Cristo soa estranha diante da pompa autocrática do papado romano, que por tantos séculos foi tão ou mais vicioso que os déspotas seculares. Chesterton é um cristão autêntico, que procura afirmar sua fé com todas as forças de seu coração e também de sua razão, porque é claro que ele está sempre buscando argumentar a favor da sua fé. Ele deseja que todo cristão faça o mesmo: que afirme, que viva a sua fé sem medo, que faça da alegria a sua força e da esperança sua razão para viver. Essa é a única maneira que ele encontra de fazer frente aos inimigos do cristianismo: provando que, na prática, a sua fé oferece melhores condições de existência e maiores razões para viver do que o materialismo e o determinismo, que apenas levariam o homem ao desânimo e à perda de entusiasmo pela existência. Seu cristianismo não é aquele que prega o medo do inferno, mas o que convida o homem a pensar nas delícias do paraíso.

IHU On-Line - Como entender a afirmação de Chesterton de que “a alegria é o gigantesco segredo do cristão”?

Regina Schöpke - No fundo, como homem de fé, Chesterton considera o cristianismo como ele “deveria” ser, e não como ele é na sua realidade objetiva. Num certo sentido, desde os seus primórdios, é possível verificar que existem dois cristianismos, como falamos anteriormente: o de Cristo e o de Roma. O de Cristo é uma mensagem de amor e tolerância (ou, como diz Chesterton, uma mensagem de esperança e alegria), mas foi o romano que prevaleceu sobre os espíritos, e este, em sua forma institucionalizada, foi tirânico

e, muitas vezes, sanguinário. Afinal, antes de qualquer outra coisa, a Igreja Católica era uma instituição de poder, que não mediu esforços para impor seu credo por toda a Europa. Como não existe dominação sem medo, não é exagero dizer que a imagem do cristão sempre se assemelhou mais à dos homens atormentados das pinturas de Hieronymus Bosch⁵ (com um pé na vida e outro no inferno) do que a do homem alegre e entusiasmado de Chesterton. É verdade que Chesterton deseja ser o porta-voz de um cristianismo “puro”, mas puro não quer dizer “novo”. É na ortodoxia, como ele próprio deixa claro, que está a “salvaguarda segura da moralidade e da ordem”, e também é com ela, e apenas com ela, que Chesterton acredita poder combater os verdadeiros inimigos da fé cristã ou, mais propriamente, da liberdade humana. Em suma, a alegria, para ele, é a expressão mais viva de uma fé autêntica e incondicional, que se baseia na certeza de um sentido para a sua existência e para a do mundo.

IHU On-Line - Quais as críticas que você faz à obra *Ortodoxia*?

Regina Schöpke - Nos tempos do nosso Cinema Novo, jovens estudantes esquerdistas da classe média faziam filmes políticos para educar as massas. Porém, muitos acusavam esses filmes de serem realmente entendidos e apreciados apenas pelos próprios esquerdistas da classe média. A obra de Chesterton sofre do mesmo mal: ela convence plenamente os que já estão convencidos, mas fracassa no seu objetivo de defender a fé perante uma sociedade materialista. A convicção é algo poderoso, tanto do lado dos religiosos quanto dos não-religiosos. Repetimos que a fé não é algo racional - embora, sob um certo aspecto mais amplo e decisivo, é claro que a razão é a criadora de todas as suas “verdades” (afinal, todas as coisas do espíri-

⁵ Jeroen van Aeken, cujo pseudônimo é Hieronymus Bosch, e também conhecido como Jeroen Bosch (1450-1516): foi um pintor e gravador neerlandês dos séculos XV e XVI. Muitos dos seus trabalhos retratam cenas de pecado e tentação, recorrendo à utilização de figuras simbólicas complexas, originais, imaginativas e caricaturais, muitas das quais eram obscuras mesmo no seu tempo. (Nota da IHU On-Line)

to, inclusive a moral e a religião, são criações humanas). Mas, em termos mais estritos, a razão (nos moldes gregos) é algo que põe em juízo todas as coisas e, assim, faz (ou deveria fazer) ruir as ficções “ilegítimas”. Mas, para lá da questão da própria crença, e a despeito da alegria inabalável e da vontade de viver de Chesterton (algo que ele atribui a sua fé, mas que outros pensadores podem atribuir a outras razões), ele não consegue escapar das armadilhas do “espírito” religioso, e uma delas é o dogmatismo. É assim que, apesar de toda a sua capacidade de argumentação e de todo o seu humor, boa parte de suas idéias não resiste realmente a uma reflexão mais profunda. É a crença e não a razão que o comanda. Isso não seria um problema para Chesterton, é claro, já que ele próprio se vê como um crítico “mordaz” da razão (para ele, a razão já provou que não pode direcionar o homem para o verdadeiro caminho da felicidade e do bem-estar geral). O problema é que ele ataca a razão, mas faz isso com as próprias armas da razão. Desse modo, assim nada mais faz do que provar que é possível argumentar tanto a favor quanto contra qualquer coisa, desde que se tenha uma boa retórica. Porém, isso não é garantia alguma de “verdade” e, muito menos, é condição para alguém crer ou deixar de crer em Deus. De fato, as certezas inquestionáveis podem até dar um “sentido à vida humana”, mas elas não se apóiam certamente em nada além da própria fé. É por isso que seus argumentos só podem realmente atingir os que já estão mergulhados na mesma “lógica”. Não se pode inverter a “marcha da razão” com a alegação de que é “melhor” a religião do que o materialismo puro ou porque as teorias científicas ou filosóficas não podem conter a crueldade, como denuncia Chesterton, mesmo porque, na prática, também as religiões nunca conseguiram frear a crueldade e as loucuras humanas. Em outras palavras, a fé perde a sua inocência quando precisa do auxílio da razão para se defender.

IHU On-Line - Como Chesterton trata da questão do pecado na obra?

Regina Schöpke - Com relação ao pe-

cado, Chesterton expõe claramente seu lado mais ortodoxo e retrógrado. Ele considera que o pecado “constitui a única parte da teologia cristã que pode realmente ser provada”. A queda do homem, a partir do pecado original é, para ele, uma verdade inquestionável (como muitas outras, aliás); e aqui ele se dirige tanto aos descrentes quanto aos “novos teólogos”, que sustentam que num mundo criado por Deus não pode existir o pecado (já que Deus é justo e perfeito). É aqui que Chesterton usa de toda a sua ironia, alegando que Deus realmente não tem pecados, mas que os homens têm, e muitos. É nesse ponto que ele usa também de toda a sua força de argumentação (não deixando, é claro, de produzir sofismas, como todo bom retórico), associando o pecado à loucura humana, ou seja, fazendo do pecado, no fundo, o fruto de um mundo que perdeu de vez os seus parâmetros e a sua perspectiva real. No fim de tudo, é a própria razão que é acusada por ser a responsável pela desrazão. “O que gera a insanidade é exatamente a razão”, diz Chesterton. Ou, mais exatamente, é ela quem gera os pecados. Pode ser... mas também é ela quem cria os deuses! Em poucas palavras: talvez haja algum sentido na idéia do pecado original - como pensa Chesterton -, mas talvez ela diga respeito ao homem ter perdido, ao romper (ou tentar romper) com a natureza, a sua “saudável razão natural”, como bem diz Nietzsche.

LEIA MAIS...

Gilbert Keith Chesterton foi um escritor, poeta, narrador, ensaísta, jornalista, historiador, biógrafo, filósofo, desenhista e conferencista britânico. Em 1893, ingressou na escola de arte Slade School de Londres, onde iniciou a carreira de pintura que vai depois abandonar para se dedicar ao jornalismo e à literatura. Nascido em família anglicana, converteu-se ao catolicismo em 1922 por influência do escritor católico Hilaire Belloc. Ao falecer, em 1936, deixou todos os seus bens para a Igreja Católica. A sua obra foi reunida em quase quarenta volumes contendo os mais variados temas sob os mais variados gêneros. O Papa Pio XI foi grande admirador de Chesterton.

Invenção

Editoria de Poesia

Juliana Krapp

POR ANDRÉ DICK

A poeta Juliana Krapp nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1980. Ainda inédita em livro, já publicou poemas nas revistas *Inimigo Rumor* (RJ), *Poesia Sempre* (RJ) e *Modo de Usar & Co.* (SP) e no site *Germina* (www.germinalliteratura.com.br). Na área acadêmica, por sua vez, graduou-se em Jornalismo e é mestre em Comunicação Social, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Além disso, participa do grupo CAC (Comunicação, Arte e Cidade), também do Rio.

Não há dúvida, quando se lê seu trabalho, de que ele traz uma sensação de originalidade, no que se refere sobretudo ao encadeamento de idéias, à escolha vocabular e ao ritmo implícito, pois Krapp dificilmente faz uso de rimas. Percebe-se uma leitura, em sua obra, sobretudo dos poetas simbolistas, mais sugerindo do que revelando os objetos, como desejava o francês Stéphane Mallarmé. Mas a paisagem, situada por alguns elementos que se referem a precipícios, montanhas, águas, rochedos, vegetações, correntezas, fala muito da cidade em que Krapp mora, o Rio de Janeiro. No entanto, ela troca o calor e a paisagem maravilhosa — traços bastante referidos em poetas da cidade — por uma espécie de cortina de névoa, em que as ações de pessoas, às vezes envolvidas por um momento alegre, são sempre despistadas por uma sensação incômoda de vertigem, como se percebe no poema “A estrutura íntima das horas”: “Você, ao volante, não percebe

/ mas isso tudo é como nós dois, / na Cinelândia, às cinco horas / de uma tarde de verão, com uma / caixa de alfajores e vontade de café, quando / há no ar algo de concha, / estiramento, zona cega: a experiência / do precipício”. Nesse sentido, ela parece ter uma leitura muito apurada de uma conterrânea, Ana Cristina Cesar, que elaborava uma poética baseada numa certa melancolia.

Onirismo e tempestade da natureza

Juliana costuma encadear seus poemas com um pensamento ora sucessivo — em que a sintaxe desempenha papel essencial para costurar as diversas imagens —, ora fragmentado, interrompido, descontínuo — conferindo ainda mais sensação de vertigem, como em “Enseada”: “nessa praia / as ondas enevoadas arrebatam o branco / os barcos / desabotoam a precisão das linhas / e as ilhotas, desgrenhadas / atacam viscos de luz”. Desse modo, ela lida, em todos os poemas que publicou até agora, uma sensação de perda. Mas não se trata de uma perda de algo passado, e sim de uma perda presente, que parece ser sentida apenas quando o texto é escrito, o que confere uma lacuna que remete a um onirismo, remetendo ou a lugares abertos (como campos) ou fechados (quartos, casas, lugares reclusos em geral): “uma casa / / requer formas como dormideiras / que se recolhem à carícia quando todas as carícias /

são íntimas é tão surrado reconhecer / nas paredes que a única propriedade possível / é a fuga e mais ainda o sono profundo”. O corpo, ao mesmo tempo, sustenta um desconforto que se refere à perda: “nele a ossatura se escancara a ponto de romper / com um estrondo a própria voz / e seu olhar apenas lembra / dobradiças, rosetas / cremones / e toda a sorte / de ferragens maliciosas”. Há uma sensação, sempre, de que o corpo pode trazer consigo a autodestruição, mas também a liberdade, como se mostra claro no final do poema como “Permanência”: “[...] o corpo / que não sobe, apenas / fica, margeado / por uma linguagem irrespirável, esperando / o último canto do canário belga / às quatro da tarde, o coração / enrodilhado em matizes / de um passeio no lago”. O silêncio parece cada vez mais presente, mas, ao mesmo tempo, interrompido pela tempestade da natureza (“somente as ventanias são de fato enamoradas / e apenas nelas alijam-se / as imundícies mais profundas / como somente os ramos / estralham-se e engravidam-se / num único carretel de músculos em escombros”) e pela presença de animais, como o gato, que corresponde, para a autora, à morte. Desse modo, ao mesmo tempo em que Juliana foca o apazível, o leitor é situado num ambiente de desconforto e mudança, como se percebe também no poema inédito, sem título, que ela enviou especialmente à IHU On-Line.

Uma voz interior
que dissesse: as amuradas, as inundações
Não sei se a quero ou se ela apenas desliza
rumo às placas tectônicas
não em off, mas
desmesurada

Seu destino
é habitar o fosso
onde o capim cresce e esperneiam
os monstros sinuosos (também deles
é o mundo)

Uma voz interior
e seu coração de lata: última bala
na agulha

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 04-08-2008 a 09-08-2008.

A reabertura do caso Angelelli, bispo assassinado pela ditadura militar argentina

Entrevista com Washington Uranga

Confira nas Notícias do Dia 04-08-2008

Hoje, há 33 anos, Enrique Angelelli, bispo de La Rioja, Argentina, militante dos direitos dos pobres, morreu num acidente que nunca foi esclarecido. Acidente ou assassinato? O jornalista argentino comenta a reabertura do caso.

Encruzilhada Natalino, 30 anos. O nascimento de um acampamento

Entrevista com Antonio Cechin

Confira nas Notícias do Dia 05-08-2008

Há 30 anos surgiu o acampamento de Encruzilhada Natalino. “Para as Comunidades de Base que pariram o MST, Encruzilhada Natalino representou o demonstrativo para a Igreja e a Sociedade de que ‘tinham vindo para ficar’”, afirma Antonio Cechin.

Consumo sustentável. O que é isso?

Entrevista com Lisa Gunn.

Confira nas Notícias do Dia 06-08-2008

“O/a consumidor/a precisa cobrar das empresas das quais está acostumado a consumir as informações socioambientais do processo produtivos e também do pré-

consumo e pós-consumo”, defende a socióloga.

“A anistia não pode significar esquecimento”

Entrevista com Augustino Veit

Confira nas Notícias do Dia 07-08-2008.

Para o advogado, não abrir os arquivos da ditadura torna o povo brasileiro carente da sua própria história.

Referendo na Bolívia: uma solução para crise?

Entrevista com o deputado federal Dr. Rosinha.

Confira nas Notícias do Dia 08-08-2008.

Para o integrante dos Observadores do Mercosul, a aprovação do referendo na Bolívia, ou seja, a aprovação pelo povo boliviano da continuidade de Evo Morales à frente do país, pode amenizar a crise política boliviana.

O agronegócio é um grande problema

Entrevista com Iara Pietricovsky

Confira nas Notícias do Dia 09-08-2008

Para a cientista política, a Rodada Doha foi um sucesso exatamente pelo fato de o governo brasileiro não ter chegado a um acordo com a União Européia, os Estados Unidos e o Japão.

Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU — www.unisinos.br/ihu, no dia 05-08-2008.

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

www.unisinos.br/ihu



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu).

Dia 13-08-2008

Conversas sobre o Mundo do Trabalho e a Vida dos/das Trabalhadores/as: As políticas de trabalho, emprego e renda na região do Vale do Rio dos Sinos
A proteção social e previdenciária dos trabalhadores/as no Vale do Rio dos Sinos

Debatedores: Carolina Cerveira (Coordenadora do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS de São Leopoldo), Charles Pranke (titular da Secretaria Municipal de Assistência, Cidadania e Inclusão Social de São Leopoldo), Luiz Antônio Rocha (servidor da Previdência Social de Canoas) e Rosângela Maria Herver dos Santos (especialista em Direito Previdenciário e professora da Unisinos)

Horário: das 19h30min às 22h

Local: Sala 1G119 – Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Dia 18-08-2008

Encontros de Ética

O jogo digital nos processos de ensino aprendizagem de língua portuguesa: um estudo através das seqüências narrativas

Palestrante: MS Vanessa Doumid Damasceno

Horário: segunda-feira, das 17h30min às 19h

Local: Sala 1G119 – Instituto Humanitas Unisinos – IHU

PARTICIPE DOS NOVOS EVENTOS DO IHU
CONFIRA A PROGRAMAÇÃO EM
WWW.UNISINOS.BR/IHU

Jogos digitais: aliados no processo de ensino-aprendizagem

Vanessa Doumid Damasceno pensa o jogo como uma concepção do desenvolvimento humano, do ponto de vista biológico e cultural, a ser assumida no âmbito do ensino-aprendizagem de línguas, em particular, no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa

POR BRUNA QUADROS

Em plena era digital, os jogos virtuais não servem apenas para entreter, mas, também, para educar. A inserção desta metodologia nos processos de aprendizagem impulsiona o interesse e a motivação dos alunos pelo conteúdo das aulas, evitando, assim, a evasão escolar. Segundo a Profa. MS Vanessa Doumid Damasceno, em entrevista concedida por e-mail à revista **IHU On-Line**, qualquer jogo que tenha como enfoque a cooperação pode ser adotado como metodologia de ensino. No entanto, é o *Role Playing Game*, o RPG, que surge como uma das ferramentas virtuais mais utilizadas no processo de ensino. Isso “porque o jogador, além de desempenhar bem seu papel na aventura, precisa ter muita responsabilidade, cumprir regras, cooperar com o grupo e ainda manter a seriedade no jogo”. Para Vanessa, que estará no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no dia 18 de agosto, para discutir o tema *O jogo digital nos processos de ensino aprendizagem de língua portuguesa: um estudo através das seqüências narrativas*, no evento Encontros de Ética, esses quesitos todos são importantes na formação do caráter do indivíduo.

Vanessa Doumid Damasceno possui graduação em Letras, pela Universidade Católica de Pelotas (Ucepel), e mestrado em Linguística Aplicada, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Atualmente, integra o corpo docente da Escola de Ensino Fundamental Mario Quintana, em Pelotas, onde também é professora de cursos preparatórios para concursos, revisora no Profícere e palestrante na Microlins.

IHU On-Line - Seus estudos têm como objetivo apresentar o jogo num ambiente digital, possibilitando o ensino-aprendizagem de língua portuguesa através da narrativa. Qual a eficácia desta proposta, em comparação a um processo tradicional de ensino, que não utiliza jogos virtuais?

Vanessa Doumid Damasceno - Um dos assuntos mais discutidos em educação, atualmente, é como aumentar o interesse dos alunos e evitar a evasão escolar. O uso de jogos virtuais, como estratégia de ensino, é extremamente eficaz para o aumento da motivação dos alunos e uma poderosa ferramenta do professor para o processo ensino-aprendizagem. Além disso, os jogos de RPG são essencialmente cooperativos.

IHU On-Line - Além do RPG, que outros jogos virtuais podem ser adotados como metodologias de ensino? De que forma estes ambientes refletem no desenvolvimento humano, do ponto de vista biológico e cultural?

Vanessa Doumid Damasceno - Qualquer jogo que tenha como enfoque a cooperação pode ser adotado como metodologia de ensino. Pois o “jogo pelo jogo” não traz resultados positivos para a educação. Determinados jogos podem promover, junto com a motivação e a aquisição de conteúdo, algumas atitudes não desejadas pelos professores, como a competitividade excessiva. Fábio Brotto, em seu livro *Jogos cooperativos*,¹ preconiza que, “se o importante

é competir, o fundamental é cooperar” e, com isso, propõe um novo paradigma para os jogos. Nesse novo enfoque, a vitória pode (e deve) ser alcançada quando um jogador ajuda o outro a vencer, para que ambos possam vencer juntos. Nos jogos tradicionais, derivados dos esportes, o enfoque é competitivo, ou seja, para haver vitorioso, tem de haver um derrotado. Se admitirmos que situações vividas por um indivíduo em um jogo refletem o comportamento dele na vida ou vice-versa, esse comportamento “competitivo” durante o jogo não pode ser considerado educativo. Os professores necessitam, cada vez mais, de estratégias motivadoras, e

lo: 1999, Projeto Cooperação Editora. (Nota da IHU On-Line)

¹ Brotto, Fábio. *Jogos cooperativos*. São Pau-

“O uso de jogos virtuais, como estratégia de ensino, é extremamente eficaz para o aumento da motivação dos alunos e uma poderosa ferramenta do professor para o processo ensino-aprendizagem”

que agreguem aprendizagem de conteúdo com desenvolvimento de aspectos comportamentais positivos, de acordo com o planejamento escolar. Sendo assim, os jogos atingem a primeira parte da assertiva, pois, inegavelmente, são atividades que geram motivação intrínseca. Jogos comuns que desenvolvam o conteúdo são encontrados facilmente em diversos livros, manuais e outras mídias, como CD-Roms, Livros-Jogo, Jogos em Rede. Porém, ainda falta a esses jogos alguns componentes comportamentais, como a socialização, a expressão e, principalmente, a cooperação. É preciso, portanto, que se tenha um jogo cooperativo e que possa proporcionar a construção do conhecimento que o professor pretende desenvolver.

IHU On-Line - Em que fase da vida (infância, adolescência...) o uso de jogos digitais no processo de ensino-aprendizagem apresenta resultados mais significativos?
Vanessa Doumid Damasceno - Os jogos eletrônicos denominados de *Role Playing Game* — RPG enfatizam narrativas de fantasia num contexto histórico. São exemplos de resolução de problemas projetados com uma abordagem lúdica. Os adolescentes repetem a experiência lúdica do faz-de-conta da infância na perspectiva desenvolvista e cultural, com a seriedade de regras escritas em ambientes virtuais que “ensinam” a criar um mundo fictício com regras próprias, por isso a escolha de trabalhar esses jogos na adolescência.

IHU On-Line - A metodologia de inserir tais jogos na proposta pedagógica de ensino não tende a levar os alunos a imergir em um mundo individualizado, tendo em vista que o contato pessoal com os demais colegas poderia estar prejudicado? Além desta

possível individualização, que outros riscos estes jogos podem apresentar?
Vanessa Doumid Damasceno - Como o jogo se dá em grupo e sempre há uma tarefa a ser solucionada cooperativamente, o RPG está muito próximo das dinâmicas de treinamento empresarial usadas nos dias atuais, o que o torna importante na escola, pois os alunos são inseridos nos conceitos modernos de trabalho e relações pessoais, que valorizam muito a capacidade de trabalho em grupo. O jogo de RPG tem um destaque especial, porque o jogador, além de desempenhar bem seu papel na aventura, precisa ter muita responsabilidade, cumprir regras, cooperar com o grupo e ainda manter a seriedade no jogo. Esses quesitos todos são importantes na formação do caráter do indivíduo.

IHU On-Line - A senhora afirma que os jogos digitais não são modismos ou algo passageiro, mas, sim, algo que possa realmente contribuir com a formação humana. Por que esta forma de ensino consegue prender a atenção dos alunos, fato que, nos métodos convencionais, às vezes, não acontece? O que garante que os jogos não são apenas modismos?

Vanessa Doumid Damasceno - Penso o jogo como uma concepção do desenvolvimento humano, do ponto de vista biológico e cultural, a ser assumida no âmbito do ensino-aprendizagem de línguas, em particular, no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Maturana² & Verden-Zoller (2004),³

² Humberto Maturana: biólogo chileno, criador da autopoiese e um dos propositores do pensamento sistêmico. É doutor em Biologia pela Universidade de Harvard, tendo alcançado repercussão mundial ao lançar as noções de biologia do conhecimento e biologia do amor. (Nota da IHU On-Line)

³ Gerda Verden-Zöller: psicóloga alemã. É membro do Centro Bávaro de Pesquisa Educacional do Instituto Estatal para a Educação na Primeira Infância e fundadora do Instituto de

com a credibilidade científica que seus trabalhos possuem, propõem que o ato de jogar contribui tanto para o desenvolvimento biológico quanto cultural. Aponta-se, assim, a estreita implicação do jogo para o processo de ensino-aprendizagem. Os dados da pesquisa desses autores sobre o conhecimento do próprio corpo e do corpo do outro, em relação à consciência social das crianças, indicam uma capacidade operacional que elas adquirem normalmente, como resultado de seu viver num domínio de total aceitação mútua nas interações com suas mães. A partir daí, pode-se defender a idéia de que os jogos, no caso, desse estudo, os jogos digitais, não são modismos ou algo passageiro e sim algo que está relacionado ao desenvolvimento humano. Os autores, em suas conclusões, propõem que as consciências individual e social da criança surgem mediante suas interações corporais com as mães, numa dinâmica de total aceitação na intimidade do brincar. Ninguém pode agir ou comporta-se fora do domínio de possibilidades que sua corporeidade (é a maneira pela qual o cérebro reconhece e utiliza o corpo como instrumento relacional com o mundo) implica. Uma criança necessariamente chegará a ser, em seu desenvolvimento, o ser humano que sua história de interações com sua mãe e os outros seres que a rodeiam permitir, dependendo de como sua corporeidade se transforme nessas interações.

IHU On-Line - Qual é o papel dos pais, diante deste novo modelo de ensino que está se instaurando na sociedade, partindo da premissa de que a criança tem fácil domínio sobre os jogos e, conseqüentemente, poderia dispensar o auxílio do pai e da mãe?

Vanessa Doumid Damasceno - Atualmente, as mães estão mais voltadas para o lado profissional, e as condições das sociedades modernas submetem à contínua exigência de afastar a atenção de seus filhos, ocasionando nas crianças uma dificuldade para o desen-

Pesquisa de Ecopsicologia da Primeira Infância de Passau, na Bavária. Escreveu, juntamente com Humberto Maturana, o livro *Amar e brincar — Fundamentos esquecidos do humano* (São Paulo: 2004, Palas Athena Editora). (Nota da IHU On-Line)

volvimento adequado de sua consciência individual e social. Nesse sentido, deve-se pensar criticamente a afirmativa de que brincar é coisa de criança. Com esse mundo dos jogos virtuais, videogames, surge o fascínio do brincar e a ressignificação do brinquedo tanto para crianças como para adultos.

IHU On-Line - Como a senhora define a crise da representação que os meios digitais permitem, conforme apontado nos seus estudos?

Vanessa Doumid Damasceno - O advento da tecnologia digital cria um corte epistemológico. É uma crise da representação que os meios digitais permitem. Isso se chama de corte epistemológico, autorizando a criação de seres absolutamente fantásticos, em que se rompe a relação de adequação com o mundo dito representacional, base para a existência de signos. Não se assume, na radicalidade, ainda, esse corte epistemológico. Talvez essa seja a razão pela qual jogar RPG é questionável pela cultura do adulto. Penso que, para haver a ruptura epistemológica que o mundo dos games exige, seja necessário trazer o elemento de uma estética que desconstrói o analógico — trata-se, possivelmente, da estética contemporânea. Nela, vê-se a possibilidade do imaginário que os games solicitam, em nosso entendimento. A criança e o adulto que estão expostos a um cotidiano da estética contemporânea por certo terão uma atividade e julgamento favoráveis ao que os jogos eletrônicos lhes solicitam. É importante afirmar que a compreensão da cultura infantil dos games exige sua vinculação à estrutura familiar, à arte contemporânea e à tecnologia digital. Os games pressupõem, do ponto de vista do usuário, uma profunda transformação da estrutura familiar — do mundo adulto e infantil. No mundo do trabalho, criança e jovem vão para a rua. Ocupam os espaços urbanos. Trata-se de uma cultura de ocupação da cidade: vitrines, vendedores ambulantes e casas de jogos. O brincar surge indiferenciado entre o privado, a casa, e o público, a rua.

O capitalismo visto pelo cinema: *Tucker — Um homem e seu sonho*

POR BRUNA QUADROS

Em continuidade ao evento *O capitalismo visto pelo cinema*, o Centro de Apoio e Pesquisa aos Trabalhadores (CEPAT) exibirá o filme *Tucker — Um homem e seu sonho*. A obra, de 1988, dirigida por Francis Ford Coppola, será exibida e debatida no dia 16 de agosto, sob a perspectiva do capitalismo concorrencial (mercado e Estado).

Além de proporcionar uma reflexão acerca do atual contexto de sociedade, embasado na lógica capitalista, o objetivo do evento é identificar os códigos usados em cada um dos filmes que serão exibidos, estabelecendo uma relação à compreensão científica do capitalismo. Mais do que isso, pretende relacionar o desenvolvimento do capitalismo com as atuais formas de organização econômica e social, através dos debates.

Com entrada gratuita, a exibição do filme será no Sindicato dos Engenheiros — SENGE/PR, das 8h30 às 12h30. O evento é promovido em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos — IHU.

A realidade da proteção social e previdenciária dos trabalhadores do Vale do Sinos em debate

No dia 13 de agosto, o Instituto Humanitas Unisinos — IHU dá continuidade ao evento *Conversas sobre o mundo de trabalho e a vida dos trabalhadores: as políticas de trabalho, emprego e renda na região do Vale dos Sinos*. Desta vez, o tema será analisado sob a perspectiva da proteção social e previdenciária dos servidores. Entre os debatedores, que estarão provocando uma análise reflexiva sobre o assunto, está a professora e especialista em Direito Previdenciário Rosângela Maria Herver dos Santos, integrante do corpo docente da Unisinos, no curso de Direito, e membro da Comissão Municipal de Emprego e Renda de São Leopoldo.

Ao conversar por telefone com a revista *IHU On-Line*, Rosângela salientou que o número de pessoas que, por motivo de doenças crônicas e irreversíveis ou pela falta de oportunidades no mercado de trabalho, cresce constantemente. Diante desta situação, “faltam medidas assistenciais para quem deixa de contribuir com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), devido às circunstâncias apontadas acima”, diz ela. Durante o evento, a professora irá abordar o reflexo desta situação, para a população mais carente, que sofre com o desamparo previdenciário. “Ao deixarem de contribuir, os trabalhadores perdem o direito à assistência, mas esta situação não pode continuar”, destaca.

De acordo com Rosângela, a saída para quem enfrenta esta realidade acaba sendo a aposentadoria por idade ou, ainda, ingressar com um processo por meios judiciais. “Muitas vezes, as pessoas acabam perdendo o benefício previdenciário por causa de doenças adquiridas no próprio ambiente de trabalho.” Esta e outras questões tentarão ser respondidas no evento, que será realizado na sala 1G119, junto ao Instituto Humanitas Unisinos — IHU, das 19h30 às 22h.

Perfil Popular

Iolanda Gomes

POR BRUNA QUADROS

Simples e elegante. Estas palavras mostram um pouco da personalidade de Iolanda Gomes, 60 anos, o Perfil Popular desta semana. Em visita à redação da revista IHU On-Line, ela destacou que um dos princípios que seus pais lhe transmitiram e que ela honra até hoje é a honestidade. A vida em São Leopoldo, sua cidade natal, foi simples. Filha única, Iolanda não teve muitos amigos, quando era criança. Ela conta que fez amigos no grupo de Economia Solidária Magia do Encanto, também de São Leopoldo, do qual faz parte há um ano. O trabalho foi uma das maneiras que ela encontrou para se distrair, depois que ficou viúva, há dois anos. Conheça um pouco mais da história de Iolanda Gomes:



BRUNA QUADROS

A cidade de São Leopoldo, na região do Vale do Rio dos Sinos, é o município de origem de Iolanda Gomes, dona de casa, 60 anos. Filha dos operários Gervázio Martins Lucas e Maria Célia Lucas, Iolanda conta que sua família era muito simples, mas lhe ensinou a crescer com dignidade. “Ser honesta. Esta foi o principal valor que meus pais me passaram.” Filha única, Iolanda não teve muitos amigos, quando criança. Aliás, esta, foi uma fase da vida que ela não pôde desfrutar. “Naquela época, tu estudavas pela manhã, teus pais trabalhavam fora e, à tarde, tu tinhas que fazer a lida da casa. Não tinha muita chance de brincar.” Filha única, Iolanda lembra que seus pais não lhe deram todo o carinho que ela gostaria de ter recebido. “Às vezes, fico pensando que me faltou isso na infância. Eles eram muito antigos e também não tiveram esse carinho, por isso não podiam me dar.”

O gosto pelos estudos era intenso, durante a juventude. No entanto, por falta de incentivo do seu pai, ela cursou apenas até a 2ª série ginásial, hoje, En-

sino Médio. “Se eu fosse mais nova, voltaria a estudar. Gostaria de ser juíza.” Na trajetória profissional, Iolanda tem uma breve passagem, de dois meses, no escritório das Lojas Pernambucanas, quando estava com 16 anos de idade. “Como eu era filha única, minha mãe dizia que eu não iria servir de escrava para os outros, trabalhando em firmas.” Iolanda conta que sempre ficou em casa, e é dona de casa até hoje. Aos 24 anos, casou e começou a construir a sua família. O marido, Mário Gomes, também achava que a mulher não era para o lar, mas, sim, para trabalhar. O casamento, que durou 33 anos, foi interrompido em 2006, com a morte do esposo.

Da união, ficou um único filho, o Mário Gomes Júnior, que está com 29 anos. “Meu filho é a minha vida. É o que me restou. Minha família é o meu filho, a coisa mais importante que tenho.” Depois que ficou viúva, Iolanda precisou de algo que pudesse servir como distração. E encontrou. Há um ano, faz parte do grupo Magia do Encanto, baseado nos princípios da Economia Solidária. “Para mim, foi uma terapia. Eu estava

muito triste, depois da morte do meu marido. Não sabia que rumo tomar.” Foi através de uma amiga que Iolanda conheceu o trabalho desenvolvido no grupo, “uma forma que achei de não pensar no problema e me distrair.” Nesta atividade, o foco de Iolanda é a culinária. É ela quem prepara os pastéis de forno comercializados nas feiras de Economia Solidária. “Me sinto muito feliz no grupo. Encontrei amigos que, durante a infância, não tive.”

Atualmente, Iolanda mora no bairro Campina, em São Leopoldo. Ela conta que, nos momentos de folga, dispensa badalações. “Não gosto de bailes, nem de cinema. Sou muito de ficar em casa, mas gosto muito de ir à Igreja. Sou católica praticante.” Sobre a política brasileira, Iolanda acredita que há muita corrupção. No entanto, “não podemos generalizar; ainda há políticos bons. Não estou muito satisfeita, assim como muitos brasileiros”. Na opinião dela, há muito para mudar no país, e esta mudança depende do povo, “porque somos nós quem escolhemos as pessoas para governar”.

Cartas do Leitor

Reproduzimos mensagens recebidas recentemente, enviadas por leitores e entrevistados da revista **IHU On-Line**:

>> “Olá! Parabênizo a edição da **IHU On-Line**, desta semana. Achei riquíssimas as reflexões sobre o tema que traz o significado da figura paterna, tema merecedor de aprofundamento. Estamos num momento de revisão de valores e investigação dos indicadores sociais para tentar explicar a ocorrência da violência e vários estudos têm demonstrado grande relação nas causas da violência com a ausência da figura paterna na estruturação dos sujeitos. Ótima leitura, adorei. Obrigado por me enviar. Abraço.”

Rochele Sachet, membro da Fundação de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

>> “Recebi pelo correio a revista com as várias entrevistas e fiquei muito bem impressionada com o trabalho que vocês conseguiram fazer. Não sei como se dá a distribuição da revista, mas seria bem interessante pela temática que pudessem fazer circular junto aos PPG's de Política, Antropologia ou História aqui da UFRGS ou mesmo da PUC, pois o material está muito bom. Abraço.”

Maria Izabel Noll, professora e coordenadora do PPG em Ciência Política da UFRGS, entrevistada na **IHU On-Line** número 264, de 30 de junho de 2008, cujo tema de capa é *A crise gaúcha. Algumas reflexões críticas*.

>> “Muito obrigado pela amabilidade de me enviar a entrevista, que saiu excelente. Vocês conseguiram realmente captar com muita felicidade o que era mais importante nas respostas. Abraços”.

Rubens Ricupero, ex-secretário geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), entrevistado na **IHU On-Line** número 267, de 04 de agosto de 2008, sobre a Rodada Doha e a postura do Brasil em relação ao agronegócio.

>> “Muito grata pela notícia da publicação de nossa matéria. Já percorri os três *links* e reforço minha excelente impressão pelo sério e dedicado trabalho dessa editoria. Gostaria de deixar meus cumprimentos a todos da **IHU On-Line** e colocar-me à disposição para qualquer atividade que possa colaborar com a revista. Novamente, meus cumprimentos a toda equipe pela revista que está de grande valor cultural e interessantíssima.”

Yeda Arouche, entrevistada na **IHU On-Line** número 265, de 21 de julho de 2008, cujo tema de capa é *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*

>> “Muito obrigado pelo envio da revista. Ficou muito bom e fico muito contente com esta participação.”

Márcio Seligmann-Silva, entrevistado na **IHU On-Line** número 265, de 21 de julho de 2008, cujo tema de capa é *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*.

IHU Repórter

Adriana Karnal

POR BRUNA QUADROS

O interesse pelo idioma inglês acompanha Adriana Karnal, 38 anos, desde a infância. Aos 16 anos, a língua passou a ser encarada como profissão, quando ela começou a dar aulas de inglês em cursinhos. No ensino superior, a opção foi pela faculdade de Publicidade e Propaganda, cursada na Unisinos. No entanto, a passagem por esta área foi muito breve, e Adriana decidiu que seria, mesmo, professora de inglês. Em 2003, ela ingressou na Unisinos, como docente, no Unilínguas, instituto de idiomas da universidade. Hoje, ela também leciona na área de inglês técnico para os cursos de engenharia e para as áreas de administração, nos cursos de Gestão e Comércio Exterior. Em entrevista à **IHU On-Line**, ela destacou aspectos marcantes da sua trajetória de vida e, ainda, elogiou o governo Lula.



BRUNA QUADROS

Origens - Nasci em São Leopoldo, onde moro até hoje. Sou de uma família grande: somos quatro irmãos. Eu sou a do meio e estou com 38 anos. O meu pai tinha uma empresa de calçados e também passou pelas dificuldades que as empresas do setor calçadista tiveram no início dos anos 1990. Hoje, ele e minha mãe estão direcionados para a espiritualidade, trabalhando com terapias alternativas.

Infância - Passei a infância e adolescência no bairro Cristo Rei. Nós tínhamos sítio em Guaíba, então eu pescava, andava de bicicleta, jogava bolinhas de gude com o meu irmão e brincava de bonecas. Foi uma infância muito vívida. Hoje, o